

Impacto dos fundos comunitários no sector vitícola português

por:

Ricardo José Vieira Cardoso

Dissertação de Mestrado em Economia e Administração de Empresas

Orientação:

Professor Doutor Abel Luís da Costa Fernandes

2014

Nota Bibliográfica

Ricardo José Vieira Cardoso, nascido em 1990 e natural de São João da Madeira.

Em 2012 conclui a licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa.

Finalista do Mestrado em Economia e Administração de Empresas pela Faculdade de Economia do Porto.

Agradecimentos

Ao meu orientador, Professor Doutor Abel Luís da Costa Fernandes, pelas críticas, sugestões e ajuda prestada durante a realização desta dissertação.

Ao IVV, nomeadamente à Dra. Natividade Anastácio e ao Dr. Rolando Faustino, por todo o apoio, amabilidade e disponibilidade, tendo possibilitado a recolha e tratamento dos diversos dados estatísticos aqui apresentados.

Ao IFAP e INE pela disponibilização de alguns dados estatísticos e à Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes por me possibilitar a consulta da sua biblioteca.

Aos meus pais, avós e amigos, e principalmente à Ana, por todo o incentivo e apoio incondicional demonstrados ao longo desta etapa, sem os quais esta seria mais difícil.

Resumo

Vivemos num período em que aumentam as dúvidas e as especulações sobre a real importância e eficiência que os fundos comunitários dados aos países europeus tiveram na sua economia. Se, por um lado, há quem alegue que foram bem aproveitados e tiveram, de facto, o efeito positivo desejado, por outro lado, há quem não concorde e insinue que a sua utilização é deficitária.

Recorrendo ao caso de Portugal, e cingindo a um sector com bastante potencial como é o da viticultura, o modelo aqui estudado foca-se nos fundos comunitários atribuídos à reestruturação e reconversão das vinhas portuguesas com o propósito de as revitalizar. Os estudos dedicados a este sector são poucos e, os que existem, abordam apenas aspetos mais gerais e diretos como produção, consumo, entre outros.

O grande contributo deste trabalho é o facto de se concentrar especificamente no programa de reestruturação e reconversão, com vista a avaliar o seu impacto em variáveis não tão comuns nem diretamente observáveis em estudos já realizados.

Os fundos comunitários foram importantes para a reestruturação da vinha que, apesar de não ter assim tanto peso na superfície vitícola total, causou uma mudança qualitativa. Observando a nível individual ocorreram mudanças desejadas, como o aumento das exportações e da produção de vinho de qualidade. No que diz respeito ao modelo econométrico, os fundos destinados à medida de reestruturação influenciam positivamente as três variáveis dependentes em estudo (produtividade da vinha, exportação e produção de vinho de qualidade). A produtividade é afetada negativamente pelas restantes variáveis independentes incluídas mas tem impacto positivo sobre a produção de VQPRD. O grau de exportação exerce uma influência negativa na produtividade e na produção de VQPRD.

Palavras-chave: Fundos Comunitários, FEOGA, FEAGA, Vinha, Sector Vitícola, Portugal.

Abstract

We live in a time during which there are increasing doubts and speculations about the real importance and efficiency that Community funds allocated to European countries had in their economy. If, on the one hand, some argue that were well used and had, in fact, the positive desired effect, on the other hand, there are those who disagree and insinuate that their use is deficient.

Using the case of Portugal, and girding to a sector with a lot of potential as is the viticulture, the model studied here focuses on Community funds allocated for restructuring and conversion of Portuguese vineyards with the purpose of revitalizing them. The studies dedicated to this sector are few and, those that exist, only addressed to more general and direct aspects such as production, consumption, among others.

The major contribution of this study is that focus specifically on the restructuring and conversion program, in order to assess their impact on not so common nor directly observable variables in previous studies.

European funds were important for the restructuring of vineyards that despite not having so much weight in the total vineyard area, caused a qualitative change. Looking at the individual level desired changes occurred such as increase in exports and in production of quality wine. The econometric model shows that funds for restructuring measure positively influence the three dependent variables in study (vineyard productivity, export and production of quality wine). Productivity is affected negatively by the other independent variables included but has a positive impact on the production of quality wine. The exportation degree has a negative influence on productivity and on production of quality wine.

Keywords: European Funds, EAGGF, EAGF, Vineyard, Wine Sector, Portugal.

Índice

1. Introdução 1
2. Revisão de Literatura e enquadramento teórico 4
2.1 Fundos Comunitários 4
2.1.1 Evolução dos Fundos Estruturais 4
2.1.2 A eficácia dos programas 7
2.1.3 Candidatura aos fundos e o caso de Portugal 10
2.1.4 Financiamento agrícola 12
2.2 Organização Comum de Mercado 13
2.2.1 Conceito 13
2.2.2 OCM vitivinícola 14
2.2.3 OCM única 20
2.3 O sector vitivinícola em Portugal 20
2.3.1 A reestruturação e reconversão 23
2.3.2 Ponto de situação 26
3. Dados e Metodologia 36
3.1 Metodologia 36
3.2 Estatísticas descritivas 38
4. Análise dos resultados de estimação 42
5. Conclusões 48
6. Bibliografia 52
7. Anexos 57

Índice de Tabelas

Tabela 1: Área reestruturada e ajudas pagas 29
Tabela 2: Estatísticas descritivas das variáveis que compõem o estudo 39
Tabela 3: Coeficientes de correlação linear de Pearson 40
Tabela 4: Resultados da estimação dos modelos 42

Índice de Figuras

Figura 1: Emprego e remuneração agrícola 27
Figura 2: Superfície vitícola total em Portugal 28
Figura 3: Produção total de vinho em Portugal 30
Figura 4: Produção de VQPRD e de vinho de mesa 31
Figura 5: Produção de vinho por região vitivinícola 32
Figura 6: Comparação entre produção de uva e produção de vinho 33
Figura 7: Exportação de vinho nacional por volume e por valor 34
Figura 8: Peso das exportações na produção vitícola total 35
Figura 9: Avaliar o valor de um programa 36
Figura 10: Gráficos das variáveis integradas nos modelos 41

Lista de Abreviaturas

CEE	Comunidade Económica Europeia
EM	Estados Membros
FEADER	Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEAGA	Fundo Europeu Agrícola de Garantia
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEOGA	Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola
FEOGA-G	Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola – Secção Garantia
FEOGA-O	Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola – Secção Orientação
FSE	Fundo Social Europeu
IFADAP	Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas
IFAP	Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.
INE	Instituto Nacional de Estatística
INGA	Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola
IVV	Instituto da Vinha e do Vinho, I.P.
PIB	Produto Interno Bruto
OCM	Organização Comum de Mercado
PAC	Política Agrícola Comum
QCA	Quadro Comunitário de Apoio
UE	União Europeia
VQPRD	Vinhos de Qualidade Produzidos em Regiões Determinadas

1. Introdução

O vinho, produto da vinha, sempre foi um poderoso instrumento de diferenciação social e é colocado numa dimensão imaterial (Simões, 2003a). Este produto derivado da uva tem desde longa data uma grande ligação à Europa, nomeadamente aos países mediterrâneos como Portugal, onde a vinicultura é historicamente uma atividade de grande relevância económica e social (ViniPortugal, 2010).

A vitivinicultura teve, e tem, uma importância elevada nas preocupações de política europeia devido ao peso do sector na economia, e principalmente no Produto Agrícola, e a fatores como a qualidade dos produtos, a tradição ou a forte ligação cultural e social da vinha (Almeida, 2007).

Os apoios financeiros comunitários orientados para a agricultura, e particularmente para a viticultura, eram provenientes do Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA), com a sua separação nas secções Orientação e Garantia. Mais tarde, este fundo e as suas secções foram substituídas, respetivamente, pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e pelo Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA).

Mais especificamente, os fundos destinados a este sector vinícola estão enquadrados na Organização Comum de Mercado (OCM) vitivinícola e provêm dos fundos de garantia FEOGA-G e, numa fase mais recente, FEAGA.

No entanto, apoios agrícolas e de desenvolvimento rural tornaram-se conceitos acoplados, pelo que o desenvolvimento agrícola não depende apenas dos fundos de garantia, mas também dos fundos estruturais.

Um dos objetivos que a Europa pretende atingir é a coesão económica e social, isto é, a redução das desigualdades entre regiões e países. A motivação por detrás destas transferências é então a perceção de que há grandes e persistentes disparidades nos padrões de vida entre os países da UE (Pereira, 1997).

Boeri *et al.* (2002) refere que os fundos estruturais visam promover um crescimento mais rápido e que, sem estas políticas, a convergência de rendimento levaria muito tempo. As

medidas usadas para tal destinam-se também a preparar as regiões e países mais atrasados da UE para lidar com desafios futuros (Rodríguez-Pose e Fratesi, 2003).

Os fundos estruturais e o fundo de coesão são os principais instrumentos para alcançar a coesão previamente referida. Estes instrumentos comunitários oferecem apoios financeiros bastante significativos sobretudo para as regiões mais desfavorecidas (também designadas por regiões do Objetivo 1), como é o caso do território de Portugal (Dâmaso, 2004). Os propósitos dos fundos são diversos e têm vindo a alterar-se ao longo dos tempos.

A motivação para este estudo é a constatação por alguns autores, como se verá mais à frente, da pouca eficácia dos fundos. Concretamente em Portugal, reina a ideia de que existe uma má utilização e desperdício dos fundos comunitários e de que a produção agrícola está aquém do seu potencial. A restrição ao sector vitivinícola deve-se à sua importância e ao elevado peso que assume, segundo Simões (2003a), no contexto agrícola e económico nacional.

São vários os estudos realizados sobre o impacto dos fundos nas economias em geral. No entanto, os trabalhos e estudos científicos sobre os impactos dos programas comunitários e das medidas sobre este sector são diminutos (Comissão Europeia, 2004b). Particularmente no período aqui em causa, existe uma lacuna temporal sobre estudos dedicados ao vinho e a vinha que se pretende colmatar com esta dissertação.

No seu relatório, o Tribunal de Contas (1998) explica que a existência de poucos estudos sobre este assunto é derivada da dispersão, indefinição e falta de coerência de muitos subprogramas e medidas, assim como da insuficiente quantificação dos objetivos específicos, dificultando a avaliação dos seus impactos.

A fim de se concretizarem os objetivos da Política Agrícola Comum (PAC) surgiram as OCM (Alves, 1989). No caso da OCM dedicada à viticultura, o seu objetivo é influenciar o equilíbrio de mercado com vista a uma estabilização de rendimentos. Para tal, utiliza medidas de intervenção no mercado, medidas regulatórias e apoios para o desenvolvimento de um sector vitivinícola europeu competitivo (Comissão Europeia, 2004a).

Atualmente, a medida com maior peso em Portugal é a reestruturação e reconversão das vinhas e será esta a medida estudada. No entanto, os fundos para o nosso país comtemplam igualmente apoios a destilações, armazenamento de vinho, prémios ao arranque, entre outras.

Neste período em que se finda mais um dos programas de apoio (o de 2007-2013), torna-se pertinente avaliar o modo como estes fundos têm alterado e influenciado o panorama agrícola português.

Esta dissertação procura então responder a questões como: Será que os fundos destinados a esta medida causaram, de facto, os efeitos para os quais foram criados? Atingiram os fins para os quais foram destinados? Qual foi o impacto que causaram no sector vitivinícola português?

O objetivo deste trabalho centra-se, assim, na análise dos impactos que a medida de reestruturação e reconversão das vinhas, tomada a nível comunitário e implementada em Portugal, teve no sector vitivinícola. Pretende-se saber se os objetivos iniciais foram alcançados, em que medida se alteraram as várias variáveis em estudo, e se tais variações eram pretendidas ou não. Em suma, o seu intuito é estudar a eficácia e eficiência dos vários programas de apoio desta medida.

Para tal, um conjunto de métodos e abordagens será utilizado neste estudo. Os dados serão analisados empregando a análise descritiva e econométrica, com base em variáveis quantitativas, e onde se analisará a medida de reestruturação e reconversão das vinhas em Portugal entre o período temporal de 1990 a 2013.

O trabalho está estruturado da seguinte forma. O próximo capítulo conta com uma revisão da literatura mais relevante, explorando os tópicos dos fundos comunitários, da OCM e do sector vitivinícola. No capítulo 3 serão apresentados os dados, metodologia e modelos econométricos e no capítulo seguinte aparecem os resultados. Por fim, o quinto capítulo desta dissertação apresenta as principais conclusões, limitações do estudo e sugestões para investigações futuras.

2. Revisão de Literatura e enquadramento teórico

2.1 Fundos Comunitários

2.1.1 Evolução dos Fundos Estruturais

A Comunidade Económica e Europeia (CEE) foi instaurada em 1957, com a aprovação do Tratado de Roma. Apesar de assumir o objetivo de promover a redução das desigualdades entre EM, a coesão económica e social como hoje se conhece é relativamente recente (Mateus, 2013). Llinàs *et al*. (1999) acrescenta a esta ideia que o Tratado de Roma se referiu diretamente à redução das desigualdades entre EM, mas só o fez de uma forma muito geral.

Numa altura marcada pela Grande Depressão mundial e pela II Guerra Mundial (anos 30 e 40), a prioridade dos países fundadores[1] era a reconstrução europeia, a sua expansão económica e a melhoria das condições de vida. As preocupações com o emprego também estavam presentes, o que originou a criação (também no Tratado de Roma), em 1957, do Fundo Social Europeu (FSE) para a promoção do emprego (Mateus, 2013).

O FEOGA foi instituído no ano de 1962 (Comissão Europeia, 2008). O seu propósito era a reconversão e adaptação das estruturas agrícolas e o desenvolvimento das áreas rurais (Mateus, 2013).

Anos mais tarde, foi dado um impulso para as políticas regionais da Comunidade através da criação do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) (Llinàs *et al.*, 1999). Este juntou-se assim, em 1975, aos fundos estruturais e vocacionava-se para a redução das desigualdades entre regiões europeias (Mateus, 2013).

No entanto, na década de 1980, resultante das adesões da Grécia (em 1981), Espanha e Portugal (em 1986) à CEE, alargou-se o fosso económico entre as regiões europeias e a população nas regiões mais pobres duplicou (Audretsch *et al.*, 2009). Mateus (2013) diz mesmo que este alargamento causou a modificação mais substancial na política

[1] Países fundadores: Alemanha, Bélgica, França, Holanda, Itália e Luxemburgo.

comunitária de coesão, uma vez que estas economias estavam significativamente menos desenvolvidas que a dos outros EM e, portanto, as disparidades regionais aumentaram.

Nesta mesma altura estabelece-se, por inspiração do então presidente da Comissão Europeia Jacques Delors, a criação do mercado único europeu[2] e a consolidação da coesão económica e social através do Acto Único Europeu de 1986 e, posteriormente, da União Económica Monetária (Mateus, 2013). Desta forma, introduzia-se o conceito de coesão económica e social que tem como objetivo a redução das disparidades entre as regiões da Comunidade e que proporcionou a Portugal um forte incentivo para se aproximar dos padrões de competitividade e bem-estar das regiões mais desenvolvidas da Europa (Dâmaso, 2004).

A redução das disparidades e diferenças de desenvolvimento entre os membros tornou-se então um objetivo político da Europa. A convergência é importante, visto que a excessiva concentração da atividade económica em regiões desenvolvidas pode levar a deseconomias de escala. Esta preocupação conduziu à criação de programas de financiamento estruturais destinados a melhorar os padrões de vida das regiões mais desfavorecidas e que se acreditam ser geradoras de importantes e positivos efeitos em variáveis macroeconómicas (Andraz e Norte, 2010).

A primeira reforma dos fundos estruturais (FEDER, FSE e FEOGA-O) iniciou-se no ano de 1988 e implicou uma nova configuração destes fundos e uma duplicação do seu valor económico (Llinàs *et al.*, 1999). De facto, como é constatado em Rodríguez-Pose e Fratesi (2003), a reforma implicou não só a coordenação dos então três fundos estruturais e uma reestruturação abrangente dos princípios que nortearam a sua ação, mas também o dobro em termos relativos das verbas comprometidas com o desenvolvimento regional.

A Comunidade Europeia tinha agora uma política regional, dispondo dos instrumentos para corrigir os desequilíbrios entre as diferentes regiões da Comunidade (Llinàs *et al.*, 1999).

Cancelo *et al.* (2009) chama a atenção para o facto de uma grande parte dos recursos se destinar a promover o crescimento económico nas chamadas regiões do Objetivo 1, isto

[2] Que entraria em vigor a 1 de Janeiro de 1993.

é, nas regiões de nível NUTS[3] II cujo PIB *per capita* em paridade de poder de compra é inferior a 75% da média europeia.

Nesta fase entram também em vigor os Quadros Comunitários de Apoio (QCA), sendo o primeiro para o período de 1989-1993. Os QCA coordenam programas estruturais e atribuem fundos para objetivos específicos, num quadro plurianual (Pereira e Gaspar, 1999). Os mesmos autores acrescentam que dois princípios são importantes para a alocação dos fundos, o princípio da complementaridade e o princípio da adicionalidade. O primeiro refere-se ao facto dos subsídios serem uma contrapartida que exige que o Governo do país ou, em alguns casos, o sector privado contribuam com fundos proporcionais a essas transferências comunitárias. O segundo tem como propósito prevenir que os recetores diminuam os seus compromissos financeiros nas diversas áreas de intervenção, ou seja, evitar que usem os fundos para um fim diferente do pressuposto.

Em Portugal, com significativo atraso em relação a outros países da UE, os fundos estruturais começaram em 1989 e foram usados principalmente para promover o desenvolvimento de infraestruturas destinadas a melhorar a acessibilidade no interior, entre as várias regiões e para mercados externos (Andraz e Norte, 2010).

O período seguinte, de 1994 a 1999, já contou com o novo Fundo de Coesão. Este foi criado com o objetivo de apoiar projetos relacionados com o sector do ambiente e com infraestruturas de transportes (Audretsch *et al.*, 2009; Dâmaso, 2004).

A reforma dos fundos estruturais de 1993, com vista o período de programação 1994-1999, teve alterações muito ligeiras, seguindo-se a este o programa dos fundos estruturais para o período de 2000 a 2006 (Comissão Europeia, 2008).

Em 2000 ocorreu a Estratégia de Lisboa, também conhecida por Agenda de Lisboa, que resultou da perceção europeia do número de tecnologias novas e de alto crescimento capazes de gerar crescimento e emprego. O fundamento desta é o de tornar a Europa mais competitiva e numa economia baseada no conhecimento (Audretsch *et al.*, 2009).

[3] NUTS - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos.

Finalmente, a reforma de 2006 definiu, para o período de programação 2007-2013, objetivos prioritários como a Convergência, Competitividade Regional e Emprego e Cooperação Territorial Europeia (Comissão Europeia, 2008).

2.1.2 A eficácia dos programas

O tema das disparidades regionais, tão badalado na história dos fundos, bem como o da eficácia dos fundos estruturais, têm sido alvo de análise por diversos autores com conclusões não consensuais.

A UE tem adotado, nas últimas décadas, uma política ativa de coesão e programas de investimento nas regiões mais pobres através de fundos estruturais destinados a reduzir as disparidades de rendimento (Boeri *et al.,* 2002). Estes programas têm a sua eficácia variadíssimas vezes questionada mas, para Boeri *et al.* (2002), a evidência disponível sugere que têm contribuído significativamente para o crescimento do PIB em pelo menos alguns dos países e regiões beneficiárias.

O desenvolvimento de políticas com o intuito de alcançar maior coesão económica e social e reduzir as disparidades entre as regiões por parte da UE está, segundo Rodríguez-Pose e Fratesi (2003), relacionada com a visão política de a integração europeia ser capaz de gerar forças económicas centrípetas. Estas forças consistem em trazer mais benefícios para o núcleo europeu, aumentando a distância entre este e a periferia para níveis social e politicamente inaceitáveis. Assim, com as políticas europeias, evitam-se maiores divergências entre regiões assim como se contraria estas forças centrípetas.

Outros autores relatam os efeitos positivos dos fundos. Os resultados do estudo de Pereira (1997) mostraram que os programas tiveram um impacto substancial no crescimento económico nas economias estudadas (Grécia, Irlanda e Portugal) e contribuíram para a convergência com o resto da UE. O autor refere que se deve continuar com os programas de transferências mas deixa, no entanto, o aviso de que devem ser respeitados os princípios de complementaridade e adicionalidade anteriormente referidos.

Num outro estudo dedicado exclusivamente a Portugal, Pereira e Gaspar (1999) chegaram a conclusões semelhantes. Segundo estes, os programas estruturais contribuíram para o

processo de convergência real da economia portuguesa para os padrões da UE, já que induziram aumentos substanciais e permanentes no PIB.

A uma conclusão diferente chegaram Andraz e Norte (2010), afirmando que as regiões portuguesas não serão capazes de convergir a longo prazo. Apesar da importância das políticas para a diminuição da diferença entre regiões e para a coesão económica e social, a diferença entre regiões persiste, pois dada a persistência de diferenças estruturais os seus rendimentos *per capita* não convergirão para os mesmos níveis a longo prazo. Também Simões *et al.* (2013) refere efeitos negativos dos fundos estruturais em Portugal. Os autores afirmam que entre os fundos estruturais e o produto *per capita* existe uma relação negativa explicada pela especialização excessiva em bens não transacionáveis, tornada possível graças aos fundos estruturais, e que conduz a uma falta de competitividade externa da economia portuguesa.

Outros autores levantam dúvidas sobre a eficácia dos fundos. Na análise efetuada por Rodríguez-Pose e Fratesi (2003), os resultados sugerem que a UE está longe do seu objetivo de maior coesão económica e social e que as dúvidas sobre a capacidade dos fundos de desenvolvimento (para as regiões mais atrasadas da Europa crescerem economicamente e reduzirem a diferença entre o núcleo e a periferia europeia) parecem estar bem fundamentada. Os mesmos autores acrescentam que as estratégias de desenvolvimento em regiões do Objetivo 1 foram desviadas para apoio às infraestruturas e empresas. Além disso, afirmam ainda que o investimento no apoio à agricultura e reestruturação rural apresenta um perfil que é mais próximo ao de uma estratégia de apoio ao rendimento do que a uma política de desenvolvimento sustentável. Estas estratégias não preparam as regiões apoiadas para enfrentar desafios económicos futuros e deixa-as mais vulneráveis à concorrência (Rodríguez-Pose e Fratesi, 2003).

Outra crítica apontada aos apoios comunitários é que estes provocam efeitos prejudiciais. A UE sente orgulho nos programas de ajuda às regiões, afirmando que estes são uma prova da solidariedade europeia (as partes mais ricas da Europa ajudam as mais pobres) e que estimulam o crescimento económico[4] sendo quase considerado traição questionar estes auxílios regionais nos países beneficiários (The Economist, 2003). No entanto, no

[4] Principalmente nos maiores recetores - Espanha, Irlanda, Portugal e Grécia.

mesmo artigo, é referido que os auxílios regionais podem distorcer prioridades e ter um efeito corruptor. A distorção de prioridade refere-se não só ao facto de as empresas surgirem para explorar as disponibilidades dos subsídios (principalmente para construção e formação) e não para responder às necessidades do mercado, mas também à tentação que provocam aos estados recetores de investirem em projetos[5] que de outra forma não eram possíveis. O efeito corruptor provém de declarações do Dr. Pita-Barros, que menciona que esta situação acontece quando sugerem mexer nas estatísticas de Portugal de forma a que o país seja pobres o suficiente para ficar qualificado para os subsídios europeus (The Economist, 2003).

A juntar a estes efeitos, o mesmo artigo refere que os apoios geram uma distorção no desenvolvimento económico e que as regiões mais apoiadas estão a evoluir de forma pior quando comparadas com as menos apoiadas do mesmo país. Esta conclusão assenta na observação de que cerca de 90% das ajudas da UE vão para regiões em vez de países, mas o facto é que os países mais pobres estão a recuperar mais rápido que as regiões mais pobres. As regiões têm vindo a ganhar na média da UE porque a maioria delas estão em países pobres que estão a crescer a taxas superiores à média europeia mas, dentro destes, as diferenças de riqueza entre regiões estão a aumentar (The Economist, 2003).

Cancelo *et al.* (2009) conclui que é provável que outro tipo de políticas pudesse originar melhores resultados em termos de crescimento da UE como um todo. No entanto, acrescenta que a eficácia dos fundos estruturais não pode ser exclusivamente avaliada na ótica dos custos de oportunidade, isto é, não se deve avaliar se os recursos financeiros seriam melhor utilizados noutras prioridades. A questão das disparidades regionais tem de ser um fator a ter em conta, tal como os benefícios do ponto de vista das regiões beneficiadas (Cancelo *et al.*, 2009).

Como visto anteriormente, o mais recente período de programação dos fundos estruturais (2007-2013) teve como base o reconhecimento do importante papel do conhecimento para a competitividade dos países e regiões. Ora, Bateira e Ferreira (2002), apontavam, no seu estudo, esse mesmo facto e defendiam a necessidade de desenvolver políticas regionais e de encarrar o conhecimento e a inovação como propriedades emergentes de

[5] Projetos cofinanciados e que acarretam gastar dinheiro dos contribuintes.

sistemas sociais complexos, como são as empresas e as regiões. Argumentavam ainda ser preciso preparar a política de coesão da UE para uma sociedade apoiada no conhecimento, em vez de continuar com o mesmo modelo assente em incentivos financeiros baseados em falhas de mercado. Rodríguez-Pose e Fratesi (2003) também referem esta necessidade de se repensar a política regional, bem como de se implementar estratégias mais inovadoras e específicas das regiões. Desta forma, acrescentam, combinar-se-ia as prioridades de investimento mais à medida de cada região e evitava-se, por exemplo, riscos de exposição prematura ao mercado, fuga de cérebros ou subsídios a empresas não competitivas.

O modelo utilizado nos primeiros QCA, acrescentam Bateira e Ferreira (2002), estava a causar um crescimento modesto da produtividade e competitividade, e também uma mudança lenta no comportamento concorrencial das empresas. Os autores concluíram então, analisando Pequenas e Médias Empresas (PME) do Norte de Portugal, que as políticas baseadas em incentivos financeiros têm pouca eficácia na promoção das mudanças necessárias por parte das PME de modo a conseguirem adaptar-se a uma economia globalizada e crescentemente orientada para o conhecimento.

Apesar de todas estas críticas, segundo o artigo do The Economist (2003), nenhum estudo académico vai ter impacto na indústria dos fundos estruturais. Na Comissão Europeia sabe-se que os programas financiados pela UE são um dos instrumentos de propaganda mais eficazes e, a nível nacional, os políticos não resistem à tentação de se gabarem de um grande programa de gastos, especialmente se forem contribuintes de outros países a pagar.

2.1.3 Candidatura aos fundos e o caso de Portugal

O sistema de candidatura e escolha dos projetos alvos de apoios da UE sofreu algumas alterações. Se antes de 1988 imperava uma lógica anual e de reembolso de projetos avulsos, a partir desse ano, a política de coesão assentou-se numa programação plurianual e com uma complementaridade dos fundos (Mateus, 2013).

Mateus (2013) descreve o processo de negociação relativo aos fundos estruturais. Primeiro, é necessário que os EM concordem sobre um quadro comunitário financeiro plurianual que defina os montantes e domínios de intervenção para, de seguida, se

estabelecer as percentagens do orçamento que cabem a cada política e a cada EM. Durante estas negociações, acrescenta o autor, os países são desafiados a apresentar estratégias de desenvolvimento regionais que visem uma coerência das intervenções estruturais. Neste processo participam também organismos regionais, locais e outras organizações públicas e privadas do território.

Destas negociações entre Estados e Comissão Europeia resulta um contrato onde constam as diretrizes para concretização das políticas de coesão no terreno por via de programas operacionais. Com este contrato, cada EM compromete-se a respeitar os regulamentos comunitários e a adotar as orientações e tipo de intervenção comunitária que mais o favoreçam (Mateus, 2013).

Só então depois de todo este processo, é que os potenciais beneficiários, públicos e privados, se podem candidatar aos apoios comunitários (Mateus, 2013).

Em Portugal, os programas plurianuais para a coordenação das intervenções estruturais acordados com a Comissão Europeia foram até hoje, e segundo Mateus (2013), os seguintes:

- QCA I com o período de programação 1989-1993;
- QCA II com o período de programação 1994-1999;
- QCA III com o período de programação 2000-2006; e
- Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) com o período de programação 2007-2013.

As entidades gestoras dos programas operacionais são responsáveis pela gestão das candidaturas, acompanhamento e execução dos projetos alvo de financiamento estrutural, podendo ser organismos intermédios. Estas entidades adiantam ou reembolsam as despesas elegíveis apresentadas pelos respetivos beneficiários com fundos estruturais da UE (Mateus, 2013).

Em Portugal, e de acordo com Pereira *et al.* (2009), as instituições responsáveis pelos pagamentos no âmbito do FEOGA[6] são o Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFADAP) e o Instituto Nacional de

[6] Refiro apenas este fundo por ser o mais importante para este estudo.

Intervenção e Garantia Agrícola (INGA). No entanto, e como descrito no relatório do INGA (2007), essas duas instituições fundiram-se definitivamente a 27 de Outubro de 2006, no âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado. Foi criado então, já em 2007[7] o Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. (IFAP) passando a ser esta a entidade gestora.

2.1.4 Financiamento agrícola

As políticas agrícolas, tal como outras, requerem meios financeiros para o seu financiamento, pelo que cabe à PAC deter instrumentos para esse efeito (Varela, 1996).

Tudo se iniciou com o Tratado de Roma que, quando estabeleceu a organização comum dos mercados agrícolas, referiu que um ou vários fundos de orientação e garantia agrícola poderiam ser criados para alcançar os seus objetivos. Assim, com a obtenção dos primeiros acordos agrícolas em 1962, o Conselho decide criar apenas um fundo financeiro designado por FEOGA. Nesta mesma decisão, foi também evocada a solidariedade financeira, isto é, que os gastos da PAC deveriam ser suportados em comum pelos EM (Varela, 1996).

O FEOGA subdividia-se nas secções Garantia e Orientação. A primeira destinava-se a financiar as despesas da organização comum dos mercados agrícolas, as ações de desenvolvimento rural que apoiam os mercados e as medidas rurais das regiões objetivo 1 (regiões mais pobres), despesas com determinadas medidas veterinárias e ações de informação sobre a PAC. A secção Orientação financiava outras despesas de desenvolvimento rural (Pereira *et al.*, 2009).

Este fundo responsável pelo financiamento agrícola, o FEOGA, sofreu alterações recentemente. De acordo com o relatório do INGA (2007), o Reg. (CE) n.º 1290/2005 instituiu dois novos fundos agrícolas, designados de Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) e Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER). Estes fundos substituíram, respetivamente, a secção Garantia e Orientação do FEOGA.

Em Portugal, o apoio ao desenvolvimento rural foi da responsabilidade do FEOGA-O durante o período 1989-2006 (período de vigência dos três QCA) enquanto no período

[7] Com o Decreto-Lei n.º 87/2007, de 29 de Março e a Portaria n.º 355/2007, de 30 de Março.

2007-2013 (período de vigência do QREN), este foi substituído pelo FEADER (Mateus, 2013).

Focando agora mais o sector vinícola, o relatório do IFAP (2011) indica que cabia ao FEAGA (anteriormente FEOGA-G) tanto o regime de apoio à reestruturação e reconversão de vinhas, como o regime de apoio ao arranque de vinhas. Tal facto vem comprovar o que foi mencionado anteriormente sobre as medidas referentes ao sector vitivinícola serem financiada pelo FEOGA-G e, posteriormente, pelo FEAGA.

2.2 Organização Comum de Mercado

2.2.1 Conceito

A PAC em 1962, com os seus objetivos traçados no artigo 33.º n.º 1 do Tratado da Comunidade Europeia[8], foi o ponto de partida para o aparecimento do conceito de OCM. Com a finalidade de atingir os objetivos da PAC, o seu fundamento surge no artigo 34.º do mesmo tratado[9] que estabelece a criação de uma organização comum dos mercados agrícolas (Alves, 1989; Cordovil *et al.*, 2004).

A definição dada por Alves (1989) é a de que "organização comum de mercado é o conjunto de toda a legislação comunitária que regula com maior ou menor rigidez o tratamento que a PAC concede a cada produto que integra"[10]. O mesmo autor refere que as OCM "regulamentam o circuito económico desde a produção à comercialização por grosso, corrigindo os efeitos da conjuntura, garantindo bons rendimentos aos produtores e assegurando estabilidade dos mercados"[11].

De referir que a maioria dos produtos, grupo de produtos ou atividades agrícolas tinham a sua própria OCM. O último número apontava para um total de 21 existentes entre as quais, a vitivinícola (Alves, 1989; Cordovil *et al.*, 2004).

Apesar de cada uma ter a sua própria especificidade, os instrumentos ao alcance das várias organizações comuns de mercado podem ser descritos conjuntamente por incluírem

[8] O Tratado da Comunidade Europeia pode ser acedido em: http://eur-lex.europa.eu/pt/treaties/dat/12002E/pdf/12002E_PT.pdf
[9] Ex-artigo 40.º no Tratado da Comunidade Económica Europeia.
[10] Alves, J. (1989), *Portugal e a política agrícola comum*, Coimbra: Coimbra Editora, pp. 47.
[11] Alves, *op. cit.*, pp. 52.

medidas comuns e necessárias para alcançar os objetivos da PAC. Entre os vários instrumentos comuns estão os referentes à criação de um mercado comum, nomeadamente medidas relativas à livre circulação e concorrência dentro do mercado comum, medidas reguladoras de preços como os direitos à importação, restituições à exportação e compras de intervenção, e outros mecanismos como ajudas à produção, ao rendimento dos agricultores, ao consumo entre outras (Alves, 1989; Cordovil *et al*., 2004).

2.2.2 OCM vitivinícola

Objetivo e evolução

A organização comum de mercado vitivinícola foi criada em 1962 tendo sido alvo de várias alterações e reformas ao longo do tempo.

Como enunciado em Comissão Europeia (2004a), os principais objetivos desta OCM são equilibrar o mercado e estabilizar os rendimentos dos produtores, com as várias medidas de intervenção, e tornar o sector vitivinícola europeu mais competitivo através de medidas reguladoras e de apoios à reestruturação e reconversão. Para atingir tais objetivos, a Comissão Europeia necessita de informação atualizada sobre o estado da procura e da oferta. O facto de esta OCM não ter os instrumentos e orçamento necessário para acompanhar a procura em constante mudança, pode dificultar a adoção das melhores medidas para equilibrar o mercado (Comissão Europeia, 2004a).

Os princípios desta OCM são os referidos no tópico anterior do conjunto das organizações comuns de mercado, tais como, o mercado único com legislação técnica e administrativa harmonizada e livre circulação de produtos vínicos entre os EM (Comissão Europeia, 2004a).

Varela (1996), e com base no Reg. (CEE) n.º 822/87 da OCM vitícola, enuncia que esta OCM abrange uma gama variada de produtos que, para além do vinho (o principal produto), inclui mostos de uvas, frescos e concentrados, vinagres de vinho, sumos de uvas, água-pé, borras de vinho, bagaços de uvas entre outros.

O mercado de vinho era altamente protegido, antes do Tratado de Roma[12] e da criação da PAC. Após esse tratado, foram verificadas mudanças assinaláveis nas políticas e no mercado de vinho nos EM (Comissão Europeia, 2004a).

Proceder-se-á à exposição das mudanças ocorridas. As medidas iniciais, ou seja, as implementadas a partir do ano de 1962, destinavam-se a melhorar o equilíbrio do mercado de vinhos na CEE. Foram ainda estabelecidos os registos vinhateiros e a declaração anual de produção e de *stocks*. Antes disso, em 1959, já tinham sido implementadas tarifas alfandegárias comuns com vista à padronização do mercado do vinho na comunidade (Comissão Europeia, 2004a).

Em 1970, "nascem" dois regulamentos formais, os Reg. (CEE) n.º 816/70 e n.º 817/70, e com eles fala-se pela primeira vez da separação do vinho em vinhos de mesa e vinhos de qualidade produzidos em regiões determinadas (VQPRD). Tais regulamentos foram, posteriormente, sucessivamente alterados e revogados mas a ideia principal manteve-se (Alves, 1989; Comissão Europeia, 2004a).

A distinção entre estes dois tipos de vinho considera a qualidade e o local de origem (Varela, 1987). Nos vinhos de mesa, também conhecidos por vinhos de consumo corrente, a sua divisão é feita em categorias conforme são brancos ou tintos, sendo estes classificados segundo o grau alcoólico, castas, proveniência, entre outros (Varela, 1996).

Estes vinhos correntes estão sujeitos a medidas de intervenção, como é o caso da destilação, e a preços institucionais que se dividem em preço de orientação e preço de intervenção (ou preço de desencadeamento da intervenção) e são fixados no início de cada campanha vinícola (Alves, 1989; Varela, 1987; Varela, 1996).

Os VQPRD têm um conjunto de características que os impõem no mercado e que podem ser relativas às castas, à tradição, aos processos de vinificação, às características naturais das suas regiões, e ainda relacionado com o apreço do consumidor e confiança que depositam na imagem de marca de cada garrafa. Por estas características próprias, não se estabelecem preços institucionais nem regulações de mercado para estes vinhos contrariamente ao que acontece para os vinhos de mesa. Assim, nos VQPRD, a reputação

[12] Assinado em 1957 e também conhecido por Tratado da Comunidade Económica Europeia.

e a qualidade são atributos suficientes para estabelecer o seu preço e assegurar o seu consumo (Varela, 1987; Varela, 1996).

Desde sempre que o mercado de vinho da comunidade é caracterizado por um desequilíbrio entre a produção e o consumo o que leva aos excedentes estruturais. Com a entrada de Portugal e de Espanha em 1986, esses excedentes da comunidade aumentaram substancialmente, em grande parte devido à situação deste último país uma vez que o excedente de Portugal era relativamente baixo (Varela, 1987).

Com vista a combater os excedentes de produção, foram tomadas um conjunto de medidas (a serem postas em prática principalmente a partir dos anos 1971-72) para conter as produções, quer ao nível da vinha quer ao nível do vinho (Varela, 1987).

As principais medidas foram, tal como explicado por Comissão Europeia (2004a) e Tribunal de Contas Europeu (2012), a proibição de novas plantações de vinha para a produção de vinho de mesa, a subsidiação da reconversão das vinhas para outros produtos agrícolas e a conceção de prémios pelo abandono e arranque, temporário ou definitivo, da vinha. Foram ainda implementadas medidas de destilação com vista à redução dos excedentes de vinho.

Para Varela (1987), todas estas medidas refletem o esforço da Comunidade para a correção dos desequilíbrios, uma vez que tem implementado na expansão vinícola uma política mais restritiva, com foco principal na produção de vinhos correntes.

Em 1987 ocorreram mudanças importantes no mercado europeu do vinho decorrentes da reforma da OCM vitivinícola. Tal como dito em Comissão Europeia (2004a), depois desta reforma o equilíbrio do mercado melhorou e os excedentes de produção reduziram-se.

Com a entrada em vigor, em 1995, do Acordo Agrícola da Ronda do Uruguai (URAA - Uruguay Round Agricultural Agreement), o regime comercial com países terceiros alterou-se profundamente e o mercado da UE ficou muito mais aberto à concorrência mundial. Alterou-se assim a estrutura de mercado, os mercados dos países terceiros desenvolveram-se e o comércio internacional aumentou. Deste modo, deu-se aqui o ponto de partida para a reforma de 1999 dada a necessidade de melhorar, interna e externamente, a competitividade dos vinhos da UE (Comissão Europeia, 2004a).

A reforma de 1999

Esta reforma, com base no Reg. (CE) n.º 1493/1999 do Conselho, estabeleceu uma nova OCM vitivinícola e entrou em vigor a 1 de Agosto de 2000. Foi aprovada no âmbito do acordo global da Agenda 2000 e outros regulamentos (Comissão Europeia, 2004a).

Para Morgado (2007), os instrumentos e objetivos desta reforma procuravam garantir um equilíbrio entre a oferta e a procura no mercado comunitário, tirar benefícios da expansão do mercado ocorrida com o Acordo do Uruguai e melhorar a competitividade do sector vinícola europeu no longo prazo.

A Comissão Europeia (2004a) acrescenta ainda ao propósito desta reforma a simplificação da legislação, o respeito pela diversidade regional, o reconhecimento oficial do papel dos produtores e organizações interprofissionais, continuar a garantir um nível de vida equitativo às populações agrícolas e, no contexto das medidas de intervenção, evitar a escoação artificial da produção excedentária.

Neste período, o sector enfrentava grandes desafios à sua sustentabilidade e competitividade. Apesar de a Europa ter uma longa tradição histórica no sector, uma grande experiência de produção e comercialização de vinho ao longo dos tempos e uma cultura de ligação à vinha e ao vinho, houve vários obstáculos que a Comunidade procurou superar. Entre eles, as alterações nos hábitos de consumo nos países da comunidade, a força competitiva de países terceiros e os excedentes estruturais frequentes (Morgado, 2007).

Quanto aos desequilíbrios de mercado decorrentes de excedentes, isto é, da desigualdade entre a oferta e a procura, há que distinguir entre excedentes ocasionais e excedentes estruturais. Tal como dito em Comissão Europeia (2004a), os excedentes (ou défices) ocasionais são aqueles que são inevitáveis e que ocorrem por flutuações na produção de vinho resultantes de fatores climáticos. Como o consumo é mais estável, quando existem variações significativas na produção, a oferta desencontra a procura e ocorrem os tais desequilíbrios. Por serem ocasionais, seria de esperar que sua média destes excedentes (ou défices) tendesse para zero num certo período de anos. A partir do momento em que tal não acontece, pode falar-se em excedentes estruturais que se definem, então, como a

capacidade do sector de produzir sempre mais do que o mercado consegue acomodar, mesmo em anos de baixa produção.

Num mercado livre, estas oscilações de produção gerariam uma variação de preços e/ou uma variação no volume de *stocks*. Este facto teria um impacto na produção e no rendimento dos produtores, onde produtores com maiores custos teriam de abandonar o sector, levando a equilíbrios a longo prazo em que a produção tem em conta a procura (Comissão Europeia, 2004a).

Para evitar isso, a OCM estabeleceu preços mínimos e foi, então, eliminado o risco de preços baixos através da retirada dos excedentes do mercado. No mesmo sentido, foram ainda implementadas e alteradas um conjunto de medidas, por exemplo, o incentivo à promoção de vinho comunitário em países terceiros, prémios de arranque, ajuda à armazenagem privada, práticas e tratamentos enológicos e utilização obrigatória de determinadas menções (Comissão Europeia, 2004a; Morgado, 2007).

A reforma de 2008

O ano de 2008 ficou marcado por mais uma reforma da OCM vitivinícola, sendo o regulamento que a sustenta o Reg. (CE) n.º 479/2008[13] e entrando em vigor a 1 de Agosto de 2008 (Tribunal de Contas Europeu, 2012).

O objetivo desta reforma foi o de aumentar a competitividade mundial dos vinhos da UE, acabar com medidas de intervenção muito dispendiosas e reduzir o excesso de produção num contexto de procura decrescente (Bettini, 2013; Tribunal de Contas Europeu, 2012).

A questão da competitividade é fundamental para a melhoria do sector, para a recuperação do rendimento dos produtores e para o desenvolvimento rural (Almeida, 2007). Face aos aumentos de competitividade dos países terceiros, a Comunidade tem de alcançar um aumento da competitividade dos seus produtos de vinho, fortalecer a reputação dos seus vinhos de qualidade (transmitir a ideia de que o seu vinho é o melhor do mundo), reconquistar mercados antigos e ganhar novos mercados em todo o mundo (Tribunal de Contas Europeu, 2012).

[13] Este regulamento revogou o anterior, o Reg. (CE) n.º 1493/1999.

Face a estes objetivos e problemas, esta reforma criou, eliminou ou redefiniu ferramentas (Tribunal de Contas Europeu, 2012).

As classificações dadas às várias categorias de vinho foram também alvo de alterações com esta reforma. Com efeito, os VQPRD serão identificado por Denominações de Origem Protegida (DOP) enquanto os vinhos regionais passam a vinho com Indicação Geográfica Protegida (IGP). Quanto aos vinhos correntes, serão agora designados por vinhos sem Indicação Geográfica (Almeida, 2007 e Tribunal de Contas Europeu, 2012). Compete aos Estados Membros, diz Almeida (2007), examinar e controlar, através de autoridades competentes para este efeito, os pedidos de DOP e IGP. Assim que estas denominações forem aprovadas, são reconhecidos a nível comunitário e beneficiam de uma proteção contra utilizações indevidas.

Uma novidade desta reforma prende-se com os envelopes nacionais. Com esta medida, os EM ganham flexibilidade e responsabilidade de decidir a melhor forma de distribuir o seu orçamento, isto é, de escolher de entre as medidas elegíveis as que melhor se adaptam às suas circunstâncias (Bettini, 2013). Efetivamente, o vinho pelas suas características é um produto diferenciado e diversificado pelo que cada país tem a sua própria situação de mercado sendo esta uma medida vantajosa (Tribunal de Contas Europeu, 2012).

As medidas à disposição dos EM para apoiar o sector vitivinícola estão enquadradas nos programas de apoio e presentes no artigo 7.º do Reg. (CE) n.º 479/2008 (Bettini, 2013).

A lista de medidas elegíveis para os programas de apoio nacionais conta com onze medidas, da qual, como enunciado em Mendes (2013), Portugal elegeu para integrar o seu programa as cinco seguintes:

- Promoção dos vinhos em mercados de países terceiros;
- Reestruturação e reconversão das vinhas;
- Destilação de subprodutos da vinificação;
- Destilação em álcool de boca;
- Utilização de mosto de uvas concentrado.

2.2.3 OCM única

Em 2007 foi criada uma única OCM agrícola, no âmbito da reforma da PAC ocorrida nesse ano. Estabelecida no Reg. (CE) n.º 1234/2007, esta OCM única substitui as anteriores OCM (eram 21) e abarca todos seus os produtos agrícolas.

No caso da OCM vitivinícola, o regulamento anterior (o Reg. (CE) n.º 479/2008) foi revogado em Agosto de 2009, sendo nessa data integrado nesta nova OCM única (Bettini, 2013; Tribunal de Contas Europeu, 2012).

2.3 O sector vitivinícola em Portugal

A multifuncionalidade deste sector em Portugal faz com que a sua importância não se esgote numa dimensão puramente económica (Simões, 2003a). De facto, a ligação do vinho à cultura, arte e gastronomia dos países mediterrâneos, o papel que assume no património das principais regiões produtoras, o simbolismo religioso e até mesmo o poder de diferenciação social (diferentes padrões de consumo associados a certas condições sociais) colocam este produto numa dimensão imaterial, fazendo com que a vinha e o vinho se encontrem numa posição privilegiada para responder aos novos desafios do mercado e do mundo rural (Simões, 2003a).

O contributo do sector vitivinícola para o desenvolvimento local e regional depende muito da articulação com outras atividade complementares uma vez que a relação da viticultura com a terra, o clima, a técnica e a sociedade invoca a sua importância para a humanização de regiões, para a manutenção da ligação das várias gerações à terra, e ainda para a modelação da paisagem que pode ser aproveitada como uma potencialidade turística e de lazer (Simões, 2003a).

Só para dar uma noção, segundo Simões (2003a), as mais importantes regiões vitivinícolas nacionais são as de Trás-os-Montes, onde se inclui o Douro, e Ribatejo e Oeste (ou Lisboa e Vale do Tejo), onde a longa tradição na cultura da vinha e na produção de vinho as associa a uma imagem de vinhos nobres que tem sido aproveitada em divulgações, denominações comerciais e rotulagens. Está também incluída a região do Alentejo, onde esta ligação com a vinha é ainda muito recente resultante, em grande parte, do processo de reestruturação da vinha.

O mercado vitícola tem vindo a enfrentar algumas crises que, pela sua importância não económica, originou crises sociais sobretudo nas regiões mais especializadas (Simões, 2003b).

Varela (1987) definiu o vinho português como um produto agrícola detentor de uma grande potencialidade mas com um enorme atraso em relação ao resto da comunidade europeia.

É este mesmo facto que está explícito no relatório elaborado pela Monitor Company com a direcção de Michael Porter. Neste relatório de 1994, procurou-se desenvolver um novo paradigma na competitividade portuguesa com vista a identificar e desenvolver o que há de único, especial e diferenciado em Portugal sendo, para tal, identificados os *clusters* susceptíveis a isso. No sector agrícola, o escolhido foi o *cluster* do vinho com a justificação de ser um segmento com bastante potencial e ainda muito pouco aproveitado e desenvolvido (Monitor Company, 1994).

O mercado

Para aproveitar da melhor forma essa potencialidade competitiva do sector do vinho, era fundamental analisar o sector e identificar as questões críticas.

Os vinhos portugueses tinham uma produção orientada para vinhos de baixa qualidade, sem marca e dirigidos a uma procura pouco sofisticada, conferindo-lhes uma imagem internacional de vinhos baratos sem grande qualidade, ou até mesmo desconhecidos, o que causava grande dificuldade aos produtores de vinho de qualidade que tentavam colocar os seus produtos em mercados externos (Monitor Company, 1994).

No entanto, era prioritário alterar essa posição e apostar na criação de uma imagem forte dos vinhos portugueses com grande enfoque nos vinhos de qualidade superior e associados a uma marca. Era, então, necessário mudar a imagem dos vinhos portugueses no mundo através da promoção, campanhas publicitárias, relações públicas, turismo vinícola e outros, bem como através de uma melhoria clara da qualidade do vinho, juntando todos os participantes (produtores de uva e vinho, investigadores, engarrafadores e distribuidores) de modo a criar produtos de qualidade mais elevada e

com uma verdadeira diferenciação que se traduzisse numa vantagem (Monitor Company, 1994).

Em Simões (2003a) encontra-se já alguns indícios dessa alteração uma vez que, segundo o autor, o crescente número de regiões demarcadas veio alterar esse prisma da produção em massa. As regiões começaram a definir e a gerir o seu próprio futuro e ficaram mais preocupadas em garantir produtos de qualidade em torno da sua história e tradição apontando, assim, para uma procura qualitativamente mais exigente (Simões, 2003a).

O relatório da Comissão Europeia (2004a) aponta para um mercado do vinho com muito mais diferenciação vertical do que outros mercados de produtos agrícolas, devido a este ser constituído por sub-mercados sobrepostos e interligados com diferentes gamas de vinhos de qualidade e de mesa. Simões (2011) também não esqueceu esses diferentes sub-mercados e fala mesmo num mercado de vinho com limitações, tais como a informação assimétrica e a incerteza associada à qualidade do vinho, no qual se recorre a organismos geradores de normas de modo a ultrapassá-las e a garantir um mercado de concorrência perfeita.

Como grande parte dos consumidores não são verdadeiros conhecedores de vinho, necessitam apenas de uma informação que lhes permita distinguir entre os vários tipos de vinho que se exprime nos certificados de qualidade como o de Denominação de Origem, VQPRD, entre outros (Monitor Company, 1994).

No entanto, acrescentam que, em Portugal, os VQPRD não tinham necessariamente uma qualidade superior aos vinhos de mesa já que, e apesar da longa tradição dessas regiões na produção vitícola, faltava aos produtores uma filosofia e técnica para a produção de qualidade, assim como as autoridades regionais se encontravam mal equipadas para garantir exigentes controlos de qualidade (Monitor Company, 1994).

Investidores

Segundo o Monitor Company (1994), a vinha portuguesa é maioritariamente de pequenas dimensões e com condições topográficas que apresentam um potencial reduzido de mecanização e exploração de economias de escala. Se antes se conseguia compensar a pouca mecanização com a mão-de-obra barata, os aumentos salariais vieram inviabilizar

essa vantagem, o que fez soar o alarme da necessidade de reestruturação da vinha no que diz respeito tanto à mecanização como ao aperfeiçoamento do rendimento das uvas (Monitor Company, 1994).

Resultante dos apoios comunitários, das regras de transferência de propriedade, e dos novos direitos de plantação, deu-se uma penetração de empresas capitalistas e também de agentes provenientes de outras atividades económicas nas áreas de produção de vinho. Estes investidores foram atraídos pela rendibilidade da vinha, quando vocacionada para a produção de qualidade, e pelo prestígio social que está inerente à cultura do vinho e da vinha (Simões, 2003a).

Estes investidores têm-se revelado fundamentais para o processo de modernização da indústria vinícola e para a reconversão da vinha (Simões, 2003a). Têm vindo a investir na plantação de vinhas bem localizadas, de modo a permitir a mecanização, e também em centros de vinificação de forma a executarem todo o processo de produção[14] e a colocarem os seus produtos diretamente no mercado, contribuindo positivamente para o rendimento do produtor (Almeida, 1991).

Segundo Simões (2003a), os armazenistas, pela penetração a montante, e os vitivinicultores-engarrafadores, pelo processo de reconversão dos patrimónios vitícolas, são os agentes económicos que mais contribuíram para a melhoria da viticultura em Portugal nos últimos anos. Este autor acrescenta, contudo, que o esforço de modernização vitícola ainda não atingiu os valores desejados, mas já permite oferecer um conjunto de produtos de qualidade ao nível dos melhores concorrentes mundiais.

2.3.1 A reestruturação e reconversão

Tal como já foi referido, esta é uma medida inserida na OCM vitivinícola que tem como objetivo adequar a oferta à procura (de forma a acabar com os constantes excedentes estruturais) e aumentar a competitividade dos produtores de vinho (Tribunal de Contas Europeu, 2012).

Com a integração de Portugal na Comunidade Europeia, às tradicionais crises de excesso de produção juntou-se a crise de adaptação aos novos modelos de consumo. A procura e

[14] Desde a vinificação, estágio e engarrafamento do vinho tornando-se, assim, produtores-engarrafadores.

consumo de vinho estava a alterar-se para vinhos de melhor qualidade, o que veio demonstrar a incapacidade de Portugal em responder a esta procura depois de anos de produção em massa. Tornou-se, então, claro para os produtores que a reestruturação era a solução para o aumento da rentabilidade (Simões, 2006).

Surge, desta feita, o regime de apoios financeiros para a reestruturação e reconversão das vinhas, provenientes da OCM vitivinícola, e que tinha como objetivo permitir que Portugal ultrapassasse algumas das principais desvantagens competitivas como o envelhecimento das vinhas, a pequena dimensão das parcelas e a inadequação de algumas castas ao mercado (Frazão, 2000). Este envelhecimento era responsável por quebras de produtividade e desajustamento entre castas em produção e castas necessárias (Simões, 2006). Para além disso, existia ainda o facto de algumas vinhas estarem implementadas em terrenos onde não era possível a mecanização (Almeida, 1991).

De facto, apesar de em Portugal existirem regiões com excelentes condições para a produção de vinho de qualidade devido às favoráveis condições de clima, relevo e solo, as produções ficam aquém do seu potencial em resultado das desvantagens enumeradas (Almeida, 1991).

A fraca produção aliada à impossibilidade de economias de escala leva a uma fraca compensação dos produtores (Almeida, 1991). Assim, acrescenta o autor, é necessária uma reestruturação das vinhas de modo a ficarem com os encepamentos adequados à produção de vinho de qualidade e com baixos custos dos fatores de produção.

Então, para que se tenha uma ideia mais geral, esta medida abrange a reconversão varietal das vinhas por replantação, sobreenxertia ou reenxertia, a relocalização de vinhas efetuada por replantação noutro local, e a melhoria das técnicas de gestão da vinha (nº 2 do Artigo 3.º da Portaria n.º 1144/2008).

Os apoios são uma comparticipação financeira não só para operações de reestruturação mas também para operações de acompanhamento, como é o caso de obras nas infra-estruturas (Frazão, 2000). Abrangem ainda uma compensação pela perda de receita inerente à reestruturação e reconversão (nº 2 do Artigo 8.º da Portaria n.º 1144/2008).

Apesar das várias alterações e reformas que têm vindo a ser feitas na OCM vitivinícola, estas regras permaneceram praticamente inalteradas e aplicam-se ao longo do período que se pretende analisar.

Simões (2006) refere que houve agricultores a recorrer a programas de reconversão de explorações agrícolas no seu todo, em vez de recorrerem ao programa específico do sector, o que poderá, em parte, justificar o baixo alcance dos programas iniciais. Porém, essa procura tem subido ao longo dos anos melhorando, consequentemente, a abrangência dos programas.

Um dos grandes problemas desta medida resulta do facto de existir um certo conflito entre o arranque e a reestruturação. Dado que cabe ao produtor decidir se as suas vinhas são ou não viáveis, e uma vez que abrangem produtores que querem abandonar a atividade e arrancar definitivamente toda a sua vinha, podem ocorrer situações em que se arranque vinha que já tinha sido alvo de reestruturação anteriormente e que seria supostamente competitiva (Tribunal de Contas Europeu, 2012). Pode dizer-se, portanto, que não se arranca e reestrutura apenas vinhas menos viáveis ou não competitivas.

Em suma, os apoios referentes a esta medida enquadraram-se em Portugal nos seguintes programas:

- Até 1993: Programa Operacional da Reestruturação da Vinha;
- 1994-1999: Programa de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal (PAMAF) (Medida 2.2.4 - Melhoria das Estruturas Vitivinícolas);
- 2000-2007: Programa VITIS e Programa Operacional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (PO AGRO) (Medida 1 - Modernização, Reconversão e Diversificação das Explorações nas Ações 1 e 2 - Plantação de Vinhas);
- 2008-2013: Regime de Apoio à Reconversão e Reestruturação da Vinha (RARRV).

Tipo de ajudas

De acordo com o artigo de Almeida (1991), os apoios financeiros provenientes da União Europeia que se destinam a apoiar a viticultura portuguesa são subsídios a fundo perdido, isto é, sem perspetiva de reembolso. Estes fundos são provenientes do FEOGA-Garantia

(Frazão, 2000) e a sua transferência não se faz de forma automática, necessitando antes que os países elaborem projetos e que se comprometam financeiramente com o montante não coberto pelo FEOGA (Mendes, 1984).

De acordo com as definições dadas por Fernandes (2010), estes apoios incluem-se nos subsídios aos preços em quantidades fixas. Subsídios aos preços uma vez que são uma ajuda destinada especificamente para contribuir no investimento dos produtores que querem proceder à reestruturação do seu terreno vitícola, e em quantidade fixas pois existe um limite de apoio e de área com reestruturação abrangida pelo programa.

Na mesma linha de ideias, o livro de Fisher (1996) aponta vários tipos de subsídios. Olhando para os mesmos, é possível verificar que estes fundos do FEOGA são "*categorical grants"*, pois destinam-se a um uso específico, a reestruturação da vinha. Quanto ao método de atribuição do subsídio, pode afirmar-se que é do tipo "*formula*", visto que os montantes de apoio já estão definidos à partida, estando apenas dependentes da área e do tipo de reestruturação que se pretenda fazer. Estes fundos são também "*matching*" uma vez que requerem que os investimentos sejam cofinanciados pelos estados membros e investidores, e o tamanho do subsídio é do tipo "*close-ended*" pois o seu valor é limitado pelo orçamento efetuado anualmente pela União Europeia.

2.3.2 Ponto de situação

Segue-se então a análise do que tem ocorrido em Portugal nos últimos anos.

O sector agrícola

Na figura 1, pode observar-se o emprego e a remuneração agrícola, que são duas importantes variáveis do ponto de vista económico. A primeira refere-se ao peso que a população empregue na agricultura tem sobre a população total empregue em Portugal, e a segunda expressa o peso que a remuneração dos assalariados agrícolas tem sobre a remuneração de todos os assalariados a nível nacional, ambas em percentagem.

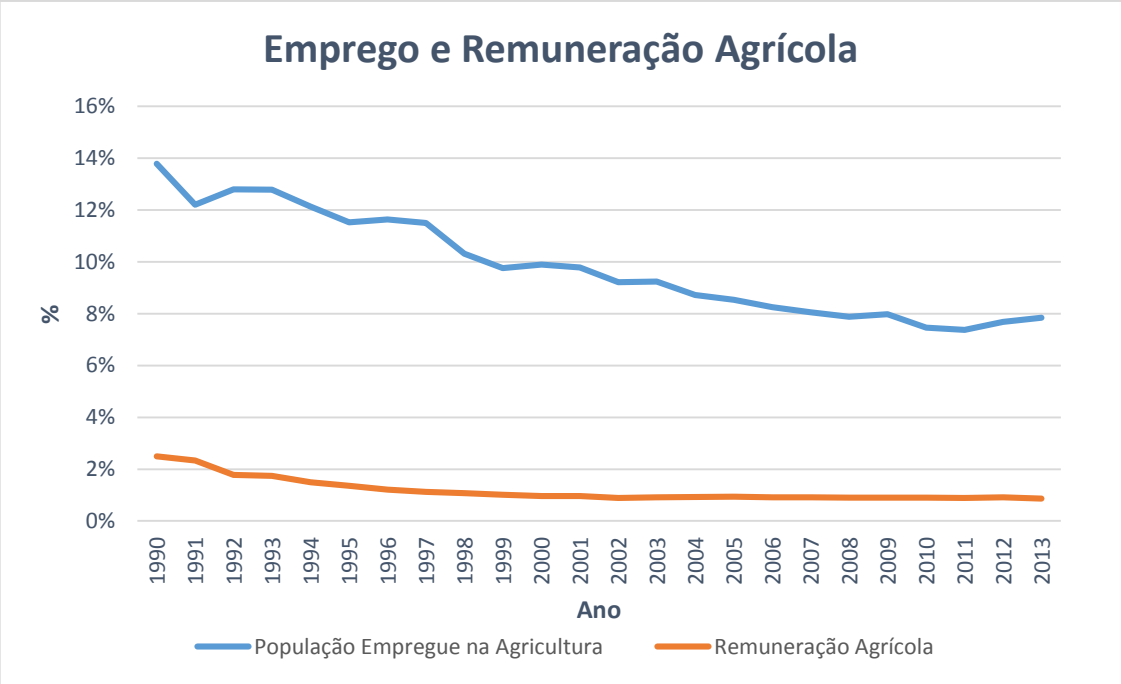


Figura 1: Emprego e remuneração agrícola

Fonte: INE

Procedendo à leitura da figura 1, vê-se que ambas as variáveis estão em decréscimo, o que denota que o sector está a perder peso no país. A nível de emprego, a agricultura chegou a empregar cerca de 13.78% dos empregados nacionais estando, atualmente, nos 7.84%, enquanto o rendimento dos agricultores no total nacional caiu dos 2.49% em 1990 para os 0.87% em 2013. Esta grande disparidade de percentagens espelha uma repartição desigual dos salários em Portugal e o enfraquecimento de um sector que, pelo seu potencial, poderia ser muito melhor aproveitado.

Superfície vitícola

Segundo os dados do Recenseamento Geral da Agricultura realizado pelo INE decenalmente (de 10 em 10 anos), a área de vinha em Portugal representava cerca de 6.65% do total da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) em 1989, 5.57% em 1999 e 4.85% em 2009. A superfície destinada a vinhos de qualidade tem vindo a aumentar o seu peso, representando em 2009 cerca de 60% do total da área vitícola.

Apesar de a SAU, de acordo com os mesmos dados, ter apresentado uma diminuição ao longo dos 20 anos, no total de área vitícola a queda foi superior, o que levou à diminuição do seu peso no total.

De facto, como se pode observar na figura 2, a superfície vitícola apresentou uma tendência decrescente, o que vem ao encontro dos objetivos e exigências da OCM vitivinícola. O valor mais elevado do período aconteceu em 1992, com uma área perto dos 260 000 ha, sendo o mínimo atingido no último ano, com 224 074 ha de vinha. Apesar de algumas oscilações ao longo do período, a maior diminuição ocorreu entre 1999 e 2000 quando a área passou de 252 709 ha para 238 073 ha.

As oscilações podem ser justificadas com o facto de existirem anos em que houve mais plantações de novas vinhas e outros em que ocorreu mais arranque de vinhas, mas também devido a alterações na metodologia e critérios de avaliação utilizados para a determinação e medição das áreas de vinha.

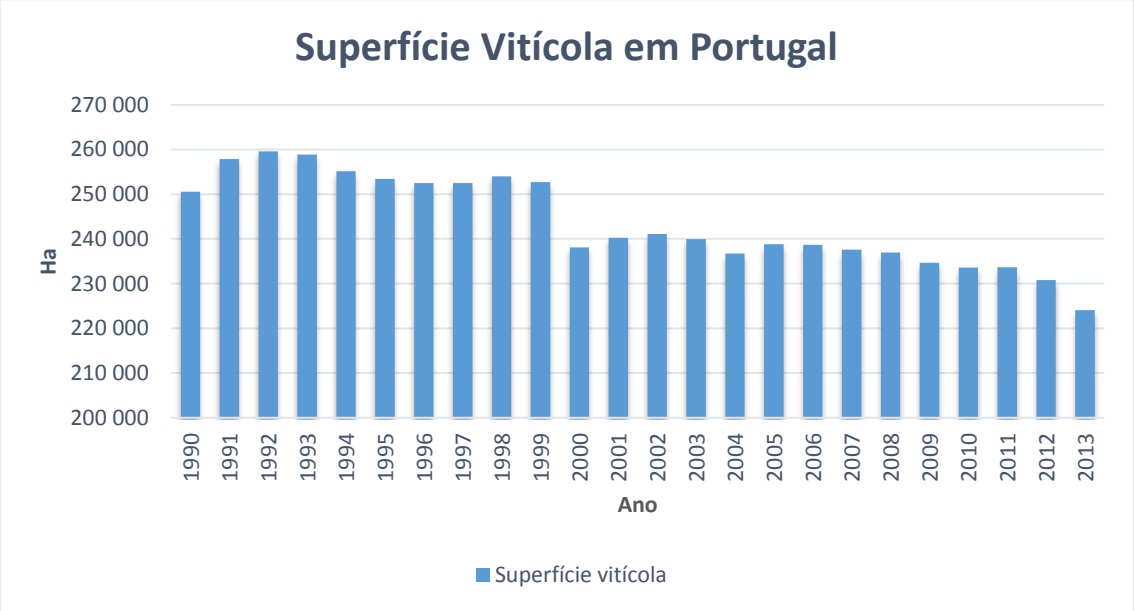


Figura 2: Superfície vitícola total em Portugal

Fonte: IVV

Apoios financeiros e área reestruturada

O ponto principal deste trabalho são os apoios dados à reestruturação e reconversão da vinha, analisados na tabela 1.

Os fundos comunitários destinados a esta medida em Portugal têm sofrido uma evolução crescente ao longo destes anos. Se, em 1990 as ajudas significavam cerca de 6 milhões de euros, em 2013 esse valor estava 11 vezes superior. Além de aumentar as ajudas totais,

também as ajudas por hectare foram tendo um crescimento ao longo do período em estudo, sendo em 2012 e 2013 superiores a 13 mil euros de ajuda média por cada hectare reestruturado. De tudo isto, conclui-se que tal medida tem vindo a tomar uma importância crescente e que, através de um maior esforço financeiro, a Europa está empenha em alcançar os objetivos pretendidos desta medida de reestruturação.

Tabela 1: Área reestruturada e ajudas pagas

	Área Reestruturada	Área Reestruturada/ Área Total	Ajudas pagas	Ajuda média por hectare reestruturado
	ha	%	€	€ por ha
1990	1 891	0.755%	6 015 503	3 181
1991	1 352	0.524%	4 913 159	3 634
1992	3 074	1.184%	16 769 585	5 455
1993	2 419	0.934%	13 811 215	5 709
1994	1 803	0.707%	10 678 240	5 922
1995	1 044	0.412%	6 389 907	6 121
1996	2 805	1.111%	17 701 903	6 311
1997	2 103	0.833%	13 902 854	6 611
1998	2 426	0.955%	15 441 717	6 365
1999	1 573	0.622%	10 256 146	6 520
2000	5 240	2.201%	31 025 023	5 921
2001	5 585	2.324%	36 427 604	6 523
2002	3 595	1.491%	33 826 232	9 410
2003	4 992	2.080%	29 938 003	5 997
2004	6 490	2.742%	41 352 482	6 372
2005	4 709	1.972%	37 709 805	8 008
2006	4 093	1.715%	32 964 732	8 055
2007	4 005	1.686%	34 733 273	8 672
2008	3 314	1.399%	37 869 438	11 427
2009	3 881	1.654%	44 642 827	11 504
2010	3 593	1.538%	42 060 666	11 705
2011	3 508	1.501%	45 299 952	12 915
2012	4 085	1.770%	55 534 444	13 595
2013	4 870	2.174%	66 115 142	13 575

Fonte: Elaborada pelo autor com dados do IFAP e IVV

Este compromisso financeiro tem de ter algum resultado mais direto e visível, que no caso desta medida é a área reestruturada que, como se vê na mesma tabela 1, não apresenta o mesmo crescimento que os montantes financeiros. De facto, esta registou algumas oscilações e atingiu o seu máximo no ano de 2004 quando se reestruturou cerca de 6 490

ha de vinha. Como consequência disso, também o peso da reestruturação sobre a superfície vitícola total foi oscilante, tendo o seu máximo em 2004 com cerca de 2.74% da vinha nacional a ser reestruturada, e o mínimo em 1995 com cerca de 0.41% da vinha a ser alvo de intervenção. Esse peso não é muito significativo mas, como veremos na análise da produção por categoria de vinho, tem levado a uma conversão qualitativa das vinhas portuguesas, isto é, a uma mudança produtiva do vinho corrente para vinho de qualidade.

Sendo o vinho um produto da vinha, a sua observação é também importante. Nos pontos seguintes estuda-se os acontecimentos mais relevantes relativamente ao vinho em Portugal.

Produção de vinho

A produção total de todo o ramo agrícola português, expressa em unidades monetárias e a preços correntes, tem vindo a ter uma tendência crescente. De acordo com os dados do INE, o peso da produção de vinho nesta produção agrícola total tem oscilado entre os 3% e os 8%, estando nos 5.57% em 2013.

Ao longo dos últimos anos a produção de vinho em Portugal tem registado oscilações apresentando, no entanto, uma tendência decrescente (figura 3). As flutuações são normais neste sector uma vez que esta componente está muito dependente das condições

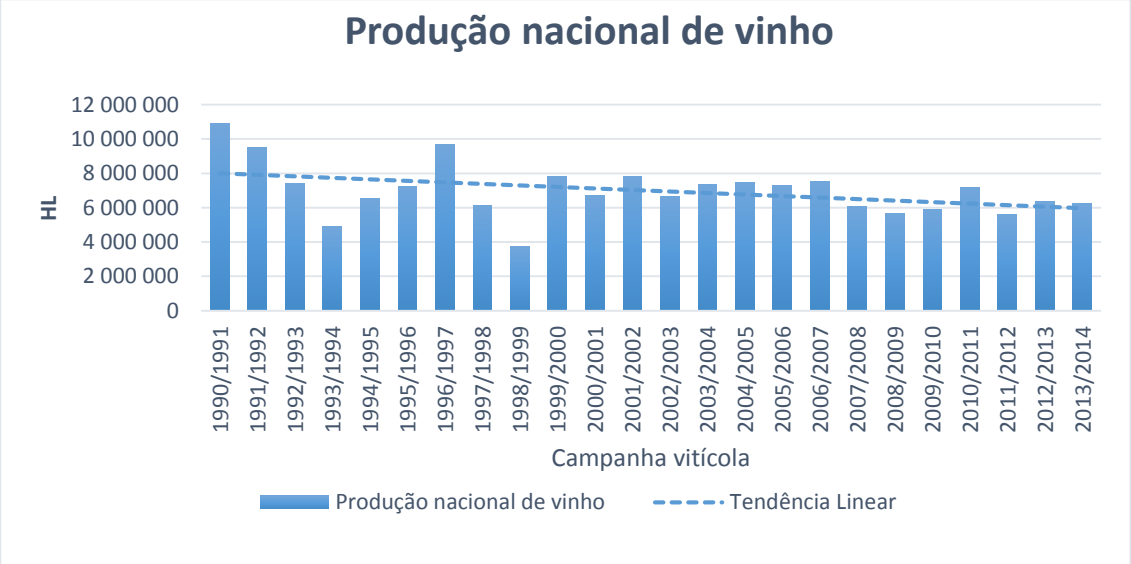


Figura 3: Produção total de vinho em Portugal

Fonte: IVV

climatéricas ocorridas em cada ano. No entanto, não se supõe que tal facto seja razão suficiente para causar na produção uma tendência decrescente, sendo esta explicada, possivelmente, por razões relacionadas com a redução das áreas de vinha e pela "vontade" da OCM.

Analisando a figura 4, que apresenta a produção de vinho de acordo com as duas maiores categorias, vemos que o vinho de qualidade atinge o máximo de 48% em 1994/1995 sendo, a partir de 2007/2008 sempre superior ao vinho de mesa. Desta mesma figura, é de destacar dois efeitos: enquanto a produção de vinho de qualidade tem vindo a ter uma tendência crescente, a produção de vinho de mesa apresenta uma tendência decrescente.

Ora, como já visto anteriormente, esta era uma das recomendações do relatório do Monitor Company (1994) e também um dos desejos da OCM vitivinícola, pelo que poderá ser um efeito das suas medidas.

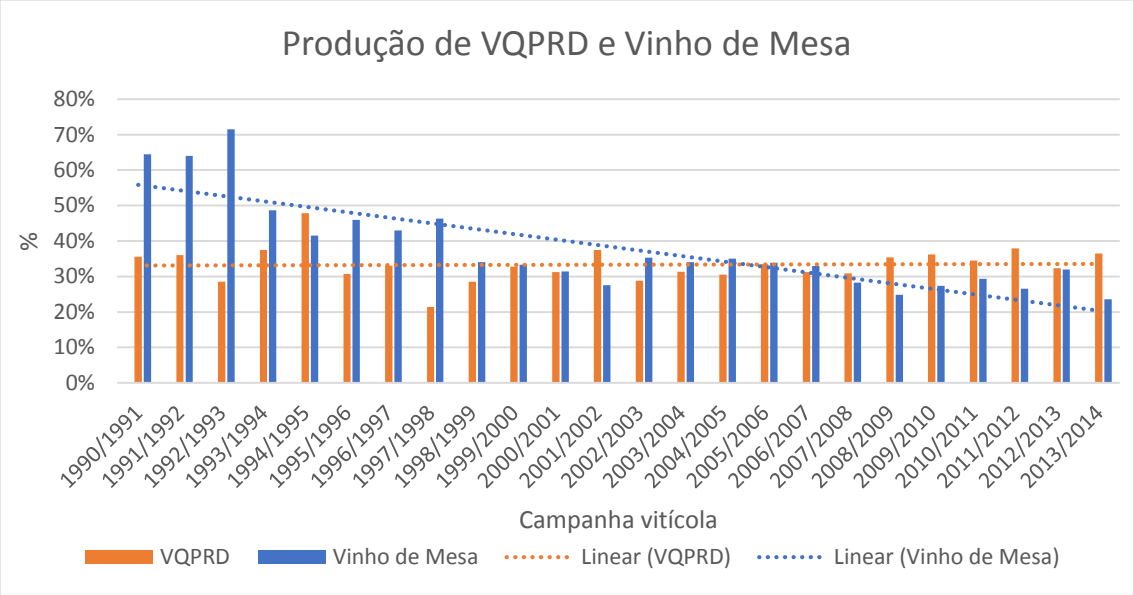


Figura 4: Produção de VQPRD e de vinho de mesa

Fonte: IVV

No anexo I apresenta-se a evolução da produção por cada categoria de vinho de forma mais pormenorizada.

Dividindo a produção de vinho por regiões vitivinícolas, como presente na figura 5, confirma-se que a região de Trás-os-Montes apresenta, quase sempre, o maior volume de produção anual. O facto de incluir a região de Douro e Porto (que representa cerca de

90% da produção total da região de Trás-os-Montes) é o grande impulsionador dessa situação. Seguem-se as regiões do Alentejo, Lisboa, Beiras e Minho como as regiões mais produtoras de vinho. Destaca-se a crescente produção da região do Alentejo que, passa dos 333 000 HL em 1994/1995 para os 1 124 735 HL na campanha de 2013/2014.

Em posição oposta, encontram-se as regiões da Madeira, Algarve e Açores, com produções muito abaixo das restantes regiões vitivinícolas portuguesas.

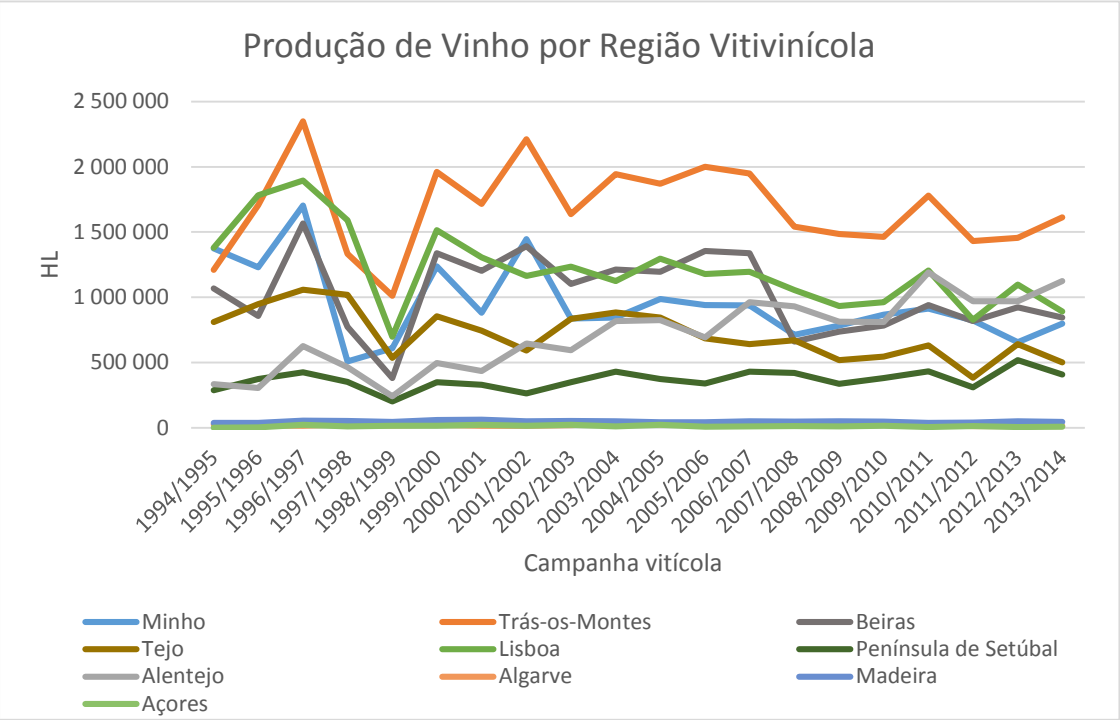


Figura 5: Produção de vinho por região vitivinícola

Fonte: IVV

Para uma descrição mais pormenorizada do sector torna-se interessante perceber em que medida a produção de vinho acompanha a produção de uva. Tal análise permite avaliar, por exemplo, se a produção de vinho nacional se faz com recurso a uvas provenientes de outros países (caso a produção de vinho seja maior que a produção de uva).

Para ajudar na comparação, tornou-se importante converter ambas as variáveis para medidas comparáveis. Supondo que o quilograma (Kg) é equivalente ao litro (L) e que 1 HL corresponde a 100 litros, as medidas escolhidas foram o HL para a produção de vinho e 100 Kg para a produção de uva.

Com o confronto dos dados (como se pode ver na figura 6), é possível observar que a hipótese descrita acima não apresenta indícios de se verificar. De facto, não existe nenhum ano no período analisado em que a produção de uva não seja suficiente para a produção de vinho que se verificava no período. Aliás, estas apresentam variações muito semelhantes.

Destes mesmos dados, podemos concluir que, se toda a uva fosse utilizada para a produção de vinho, por cada litro de vinho produzido seriam utilizados, em média, 1.36 Kg de uva ou, de maneira oposta, cada quilograma de uva dá para produzir em média perto de 0.74 L de vinho.

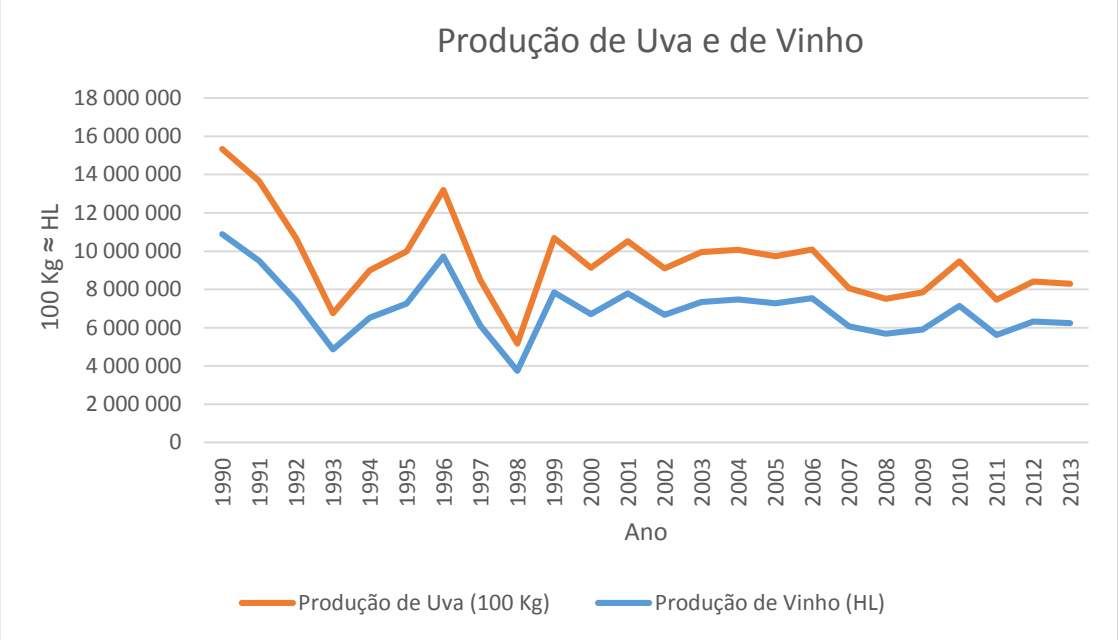


Figura 6: Comparação entre produção de uva e produção de vinho

Fonte: INE para a produção de uva; IVV para a produção de vinho

Encontrando-se analisadas a produção de vinho e a área de vinha nacional, torna-se agora oportuno introduzir uma nova fórmula que será usada mais à frente no modelo econométrico. Trata-se da variável produtividade da vinha, isto é, da quantidade de uva que cada hectare de vinha é capaz de produzir.

A escolha da quantidade de uva produzida, e não da quantidade de vinho, resulta do facto de que nem toda a produção da vinha se destina à elaboração de vinho. Visto que este trabalho assenta nos fundos à vinha, a quantidade de uva deverá ser, portanto, a variável

que melhor poderá explicar uma alteração ao nível da produtividade da área vitícola portuguesa.

Os seus valores serão analisados mais a frente na estatística descritiva mas, pode adianta-se que esta produtividade tem vindo a decrescer ao longo do período analisado, uma vez que a produção se reduziu a um ritmo superior ao decréscimo da área vitícola.

Exportação de vinho

Em relação à exportação de vinho, vemos que os seus valores, quer em termos de volume de HL exportado quer em termos de valor monetário realizado com a exportação, têm andado oscilantes (Figura 7). Apesar disso, em ambos os casos tem-se registado uma subida nas exportações, o que reflete uma tendência positiva para este sector.

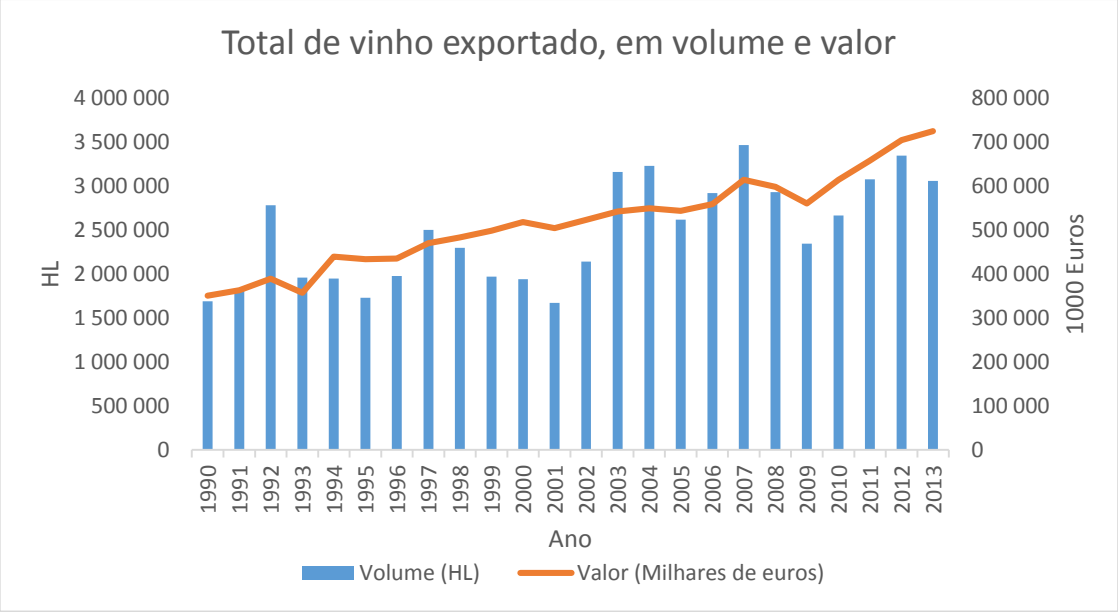


Figura 7: Exportação de vinho nacional por volume e por valor

Fonte: IVV

Destes valores irá resultar uma das variáveis utilizada mais à frente no modelo econométrico, as exportações por unidade, isto é, valor exportado por volume exportado.

As exportações, a nível de volume, têm tido um peso crescente na produção (hl) de vinho nacional. De facto, como podemos ver pela figura 8, as exportações representavam 15.52% do total produzido em 1990, estando muito próximo dos 50% no último ano observado. Tal facto vem comprovar o esforço que vem sendo feito para Portugal seguir o caminho da internacionalização do seu vinho (principalmente o de qualidade) e

melhorar a imagem do seu vinho no exterior, de modo a colmatar a diminuição do consumo no mercado português, como era aliás pretendido pela OCM vitivinícola e recomendado no relatório do Monitor Company (1994).

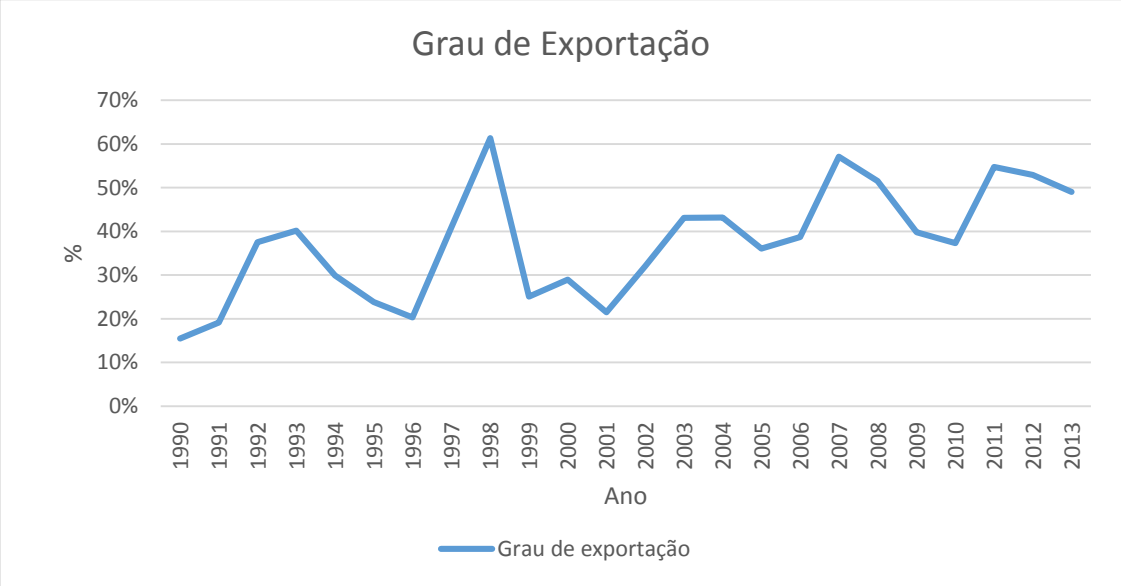


Figura 8: Peso das exportações na produção vitícola total

Fonte: IVV

Em ViniPortugal (2010) tinha sido constatado que as exportações de vinho, tanto em valor como em volume, são sempre superiores às importações e, segundo Alves (1989), Portugal é um exportador tradicional de produtos mediterrâneos (como é o caso do vinho) sendo a Europa deficitária nestes produtos.

Em jeito de curiosidade, os países que, ao longo destes 24 anos em estudo, mais vinho português importaram foram Angola, França, Alemanha, Espanha e Itália em termos de volume e Angola, Reino Unido, França, Estados Unidos da América e Alemanha em termos de valor. Deste ranking de países podemos denotar relações que justifiquem estas exportações. Se por um lado são, na sua maioria, países com proximidades geográficas e culturais com Portugal, por outro lado são países com forte tradição de emigração de portugueses, o que pode levar a suspeitar que estas exportações são mais por uma questão de tradição, costume ou saudade e não propriamente um reconhecimento da qualidade dos vinhos portugueses no exterior. O Monitor Group (2003) afirma mesmo que se exporta para onde é mais fácil vender em vez de para onde se obtém um rendimento mais elevado.

3. Dados e Metodologia

3.1 Metodologia

Tendo como ponto de partida os fundos provenientes da UE e destinados à medida de reestruturação e reconversão das vinhas em Portugal, o modelo econométrico apresentado de seguida tenta explicar quais os fatores que afetaram a produtividade da vinha e as variáveis em que se pretendia variações positivas, como as exportações ou produção de VQPRD. Para tal, estimaram-se três regressões com 24 observações anuais cada, que dizem respeito aos anos entre 1990 e 2013.

Os dados estatísticos utilizados assentam em variáveis quantitativas e foram recolhidos da base de dados do INE, do IFAP, assim como dos vários anuários do IVV.

Ao longo da variada revisão da literatura, foi possível determinar algumas das variáveis que poderiam ser explicativas e tidas como fatores preponderantes que pudessem expor a eficácia e eficiência dos fundos.

Como é possível observar na figura 9, extraída de Tribunal de Contas (1998), a eficácia examina se os impactos e os resultados dos programas estão de acordo com os seus objetivos, enquanto a eficiência avalia como os meios e recursos foram utilizados em relação aos resultados obtidos. Segundo a Comissão Europeia (2004a), a eficiência é uma questão complexa, devido à coexistência de um grande número de medidas da OCM

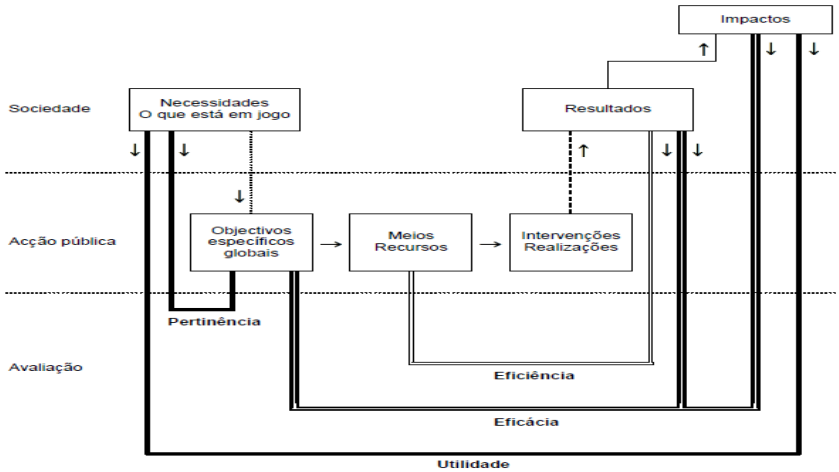


Figura 9: Avaliar o valor de um programa

Fonte: Tribunal de Contas (1998)

vitivinícola que são interdependentes e se influenciam umas às outras, e também devido às diferenças entre os efeitos de curto e de médio prazo.

Foram selecionadas as variáveis teoricamente mais justificáveis e que apresentam alguma causalidade e relação com a variável dependente. Assim, os modelos integram as variáveis que se julgam ter maior significância estatística e que, supostamente, tornam a regressão estatisticamente mais robusta. Os modelos de regressão linear múltipla estimados são:

Modelo 1:

$$\begin{aligned} \text{Log(ProdVinha)}_t = {} & \beta_0 + \beta_1 \text{Fundos}_t + \beta_2 \text{PopEmpAgr}_t + \beta_3 \text{Log(ExpUnit)}_t \\ & + \beta_4 \text{Log(GrauExp)}_t + \beta_5 \text{D93} + \varepsilon_t \end{aligned} \tag{1}$$

Modelo 2:

$$\begin{aligned} \text{Log(Export)}_t = {} & \theta_0 + \theta_1 \text{Fundos}_t + \theta_2 \text{Log(ProdVinha)}_t \\ & + \theta_3 \text{D00_01} + \mu_t \end{aligned} \tag{2}$$

Modelo 3:

$$\begin{aligned} \text{Log(ProdVQPRD)}_t = {} & \gamma_0 + \gamma_1 \text{Fundos}_t + \gamma_2 \text{Log(ProdVinha)}_t \\ & + \gamma_3 \text{Log(GrauExp)}_t + \gamma_4 \text{D94} + \upsilon_t \end{aligned} \tag{3}$$

Onde a variável dependente do modelo 1 é o logaritmo natural da produtividade da vinha em toneladas de uva produzida por hectare no período t; A variável dependente do modelo 2 é o logaritmo natural das exportações de vinho em litros no período t; A variável dependente do modelo 3 é o logaritmo natural da produção de vinho de qualidade em litros no período t. Quanto às variáveis explicativas têm-se a variável Fundos que representa os apoios financeiros recebidos por Portugal no período t em milhões de euros; População empregada na agricultura representando o rácio entre a população ativa na agricultura e a população ativa total, em percentagem, no período t; A variável Log(ExpUnit) que representa o rácio Exportações em valor/Exportações em volume, isto é, o preço por litro de vinho exportado (€/Litro) no período t; A variável Log(GrauExp) representa o logaritmo natural do rácio Quantidade exportada de vinho/Quantidade produzida de vinho (em percentagem) no período t.

Nos modelos (1), (2) e (3) foram introduzidas, respetivamente, as *dummies* D93, D00_01 e D94 definidas como segue: D93 assume o valor 1 no ano 1993 e 0 nos anos restantes; D00_01 assume o valor de 1 nos anos 2000 e 2001 e 0 em todos os outros anos; e D94 assume o valor 1 no ano 1994 e 0 nos restantes anos. A necessidade da introdução destas *dummies* prende-se com a natureza "*outlier*" destas observações.

Nos modelos (1), (2) e (3) as variáveis ε_t, μ_t e υ_t representam perturbações aleatórias que se assumem bem comportadas.

A pertinência da escolha destas variáveis deve-se, no caso das variáveis dependentes do modelo (2) e (3), ao facto de as exportações e a produção de vinho de qualidade serem fatores que a OCM vitivinícola pretendia melhorar e aumentar, tendo tal sido também recomendado pelo relatório do Monitor Company (1994). No caso da produtividade da vinha a sua escolha recaiu sobre o facto de, segundo Varela (1996), a produtividade ser uma das apostas da PAC e de ser uma das variáveis determinantes, senão mesmo a mais importante, do desenvolvimento económico. Além disso, um dos objetivos da OCM vitivinícola era o aumento da competitividade, e o relatório do Monitor Company (1994) referia que um dos imperativos para Portugal se tornar mais competitivo era o aumento da produtividade, deixando de se basear tanto na mão-de-obra barata.

No que toca às variáveis independentes, a variável Fundos é o ponto fulcral deste trabalho, tornando-se importante analisar a influência que exerce sobre as variáveis em estudo, não fazendo sentido deixá-la de fora. A razão da escolha do grau de exportação vem na sequência do desejado e recomendado aumento das exportações de modo a colmatar a diminuição do consumo no mercado português, enquanto a variável ExpUnit torna-se uma maneira de estimar o rendimento obtido pelo produtor com a exportação, isto é, o montante que cada litro de vinho exportado arrecadou, em média anual.

3.2 Estatísticas descritivas

Antes de partir para a aplicação do modelo, importa analisar as estatísticas descritivas dos dados que integram este estudo, como apresentado na tabela 2.

Tabela 2: Estatísticas descritivas das variáveis que compõem o estudo

Variáveis	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Desvio-Padrão
ProdVinha	3.90	3.89	2.04	6.12	0.85
Fundos	28.557	31.995	4.913	66.115	16.712
GrauExp	37.48%	38.12%	15.50%	61.30%	12.81%
PopEmpAgr	9.85%	9.50%	7.40%	13.80%	1.98%
ExpUnit	2.14	2.10	1.40	3.02	0.36
Export	246 877 271	242 212 400	167 245 600	346 783 600	58 178 004
ProdVQPRD	2 333 243	2 251 181	1 068 863	3 870 000	627 211

A produtividade da vinha portuguesa, entre 1990 e 2013, foi em média de 3.90 toneladas de uva produzida por hectare de vinha. O seu valor máximo foi atingido logo no primeiro ano desta observação com 6.12 t/ha, tendo a produtividade mais baixa ocorrido em 1998 com apenas 2.04 t/ha.

No que toca aos programas de apoio, os seus valores financeiros tiveram uma tendência crescente, tal como já observado anteriormente. Assim, o seu valor mínimo de cerca de 4.9 milhões de euros ocorreu em 1991, enquanto o máximo de mais de 66 milhões de euros foi atribuído no ano de 2013. Foram distribuídos, em média, cerca de 28.5 milhões de euros em cada ano.

No que diz respeito às exportações de vinho em relação ao que foi produzido, o grau de exportação deste período oscilou entre os 15.50% e os 61.30%, em 1990 e 1998 respetivamente, sendo alvo de exportação, em média, 37.48% do que é produzido. O facto de, ao longo dos anos, o grau de exportação estar em crescendo é favorável para este sector.

Em relação à variável respeitante à agricultura, verifica-se que o emprego agrícola significou, em média, 9.85% da população empregue total. A variável decresceu ao longo do período temporal, sendo o seu máximo atingido logo em 1990 e o mínimo no ano de 2011.

Nas exportações, o seu valor unitário variou entre 1.40 e 3.02 euros por litro de vinho exportado sendo a sua média, durante os 24 anos, de 2.14€/Litro. No que concerne aos seus valores em litros, exportaram-se, em média, cerca de 247 milhões de litros de vinho, com o mínimo perto de 167 milhões de litros exportados a ocorrer em 2001 e o máximo de quase 347 milhões em 2007.

Dentro da produção de vinho nacional, há subdivisão entre o de qualidade (designado de VQPRD e, a partir de 2009, de vinho com DOP) e o vinho corrente ou de mesa. Este vinho de qualidade teve uma produção média, durante os 24 anos observados, de 2.33 milhões de litros. O mínimo ronda o um milhão de litros produzidos e o máximo de vinho de qualidade produzido num só ano foi de 3.87 milhões de litros.

Estando analisadas as habituais estatísticas descritivas para cada uma das variáveis, torna-se importante, de seguida, proceder à análise das correlação entre as variáveis com o objetivo de evitar cair no erro de multicolinearidade, bem como à sua apresentação visual através de gráficos (Figura 10).

Assim sendo, a tabela 3 apresenta a correlação entre as variáveis integradas no estudo. Dos coeficientes de correlação linear de Pearson estimados, pode concluir-se que não existe forte correlação entre nenhumas das variáveis (maior que 0.95) pelo que se rejeita a existência do problema de multicolineariedade.

Tabela 3: Coeficientes de correlação linear de Pearson

	Log(ProdVinha)	**Fundos**	**Log(GrauExp)**	**PopEmpAgr**	**Log(ExpUnit)**	**Log(Export)**	**Log(ProdVQPRD)**
Log(ProdVinha)							
Fundos	-0.159						
Log(GrauExp)	-0.758	0.577					
PopEmpAgr	0.246	-0.860	-0.623				
Log(ExpUnit)	0.062	0.131	-0.376	-0.185			
Log(Export)	-0.266	0.672	0.828	-0.684	-0.543		
Log(ProdVQPRD)	0.847	-0.142	-0.744	0.240	0.209	-0.377	

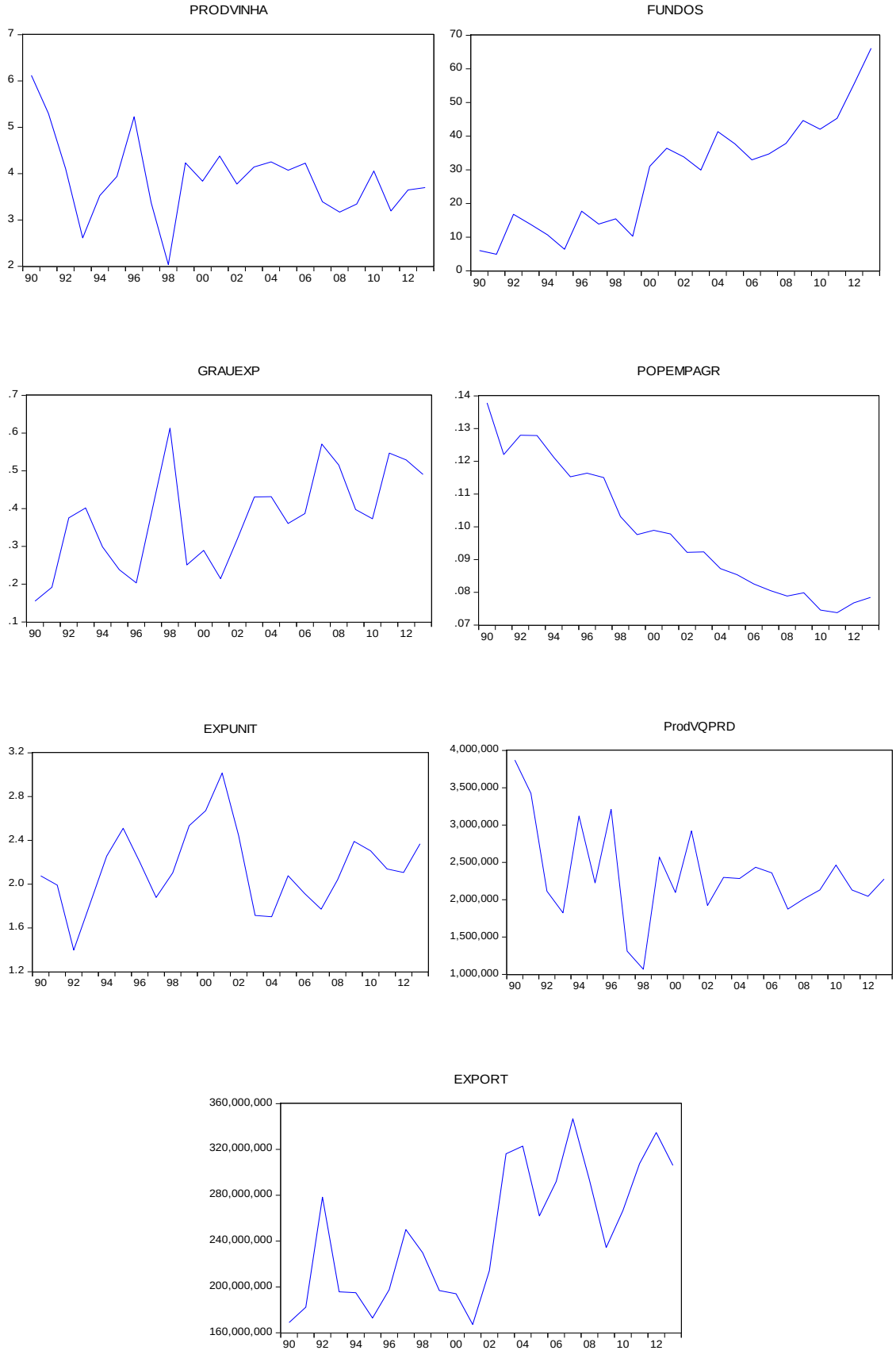


Figura 10: Gráficos das variáveis integradas nos modelos

4. Análise dos resultados de estimação

Os modelos (1), (2) e (3) foram estimados com *Ordinary Least Squares* (OLS) recorrendo ao software estatístico EViews.

A tabela 4 apresenta de forma agrupada os resultados das estimações dos três modelos[15].

Tabela 4: Resultados da estimação dos modelos

Variáveis Dependentes / Variáveis Explicativas	(1) Log(ProdVinha)	(2) Log(Export)	(3) Log(ProdVQPRD)
C	0.573 (8.924) ***	19.204 (92.437) ***	13.167 (79.124) ***
Fundos	0.002 (4.946) ***	0.010 (5.192) ***	0.004 (2.084) **
PopEmpAgr	-1.775 (-3.410) ***		
Log(ProdVinha)		-0.275 (-0.842)	1.715 (3.797) ***
Log(ExpUnit)	-0.854 (-11.199) ***		
Log(GrauExp)	-0.870 (-19.026) ***		-0.704 (-2.163) **
D93	-0.084 (-3.549) ***		
D00_01		-0.361 (-3.212) ***	
D94			0.431 (3.485) ***
R^2	0.967	0.655	0.855
R^2 Ajustado	0.958	0.604	0.825
Estatística F	106.395	12.676	28.125
p-value	0.000	≤0.001	0.000
Durbin-Watson	1.920	1.869	2.026

Onde *** indica estatisticamente significativa a 1%, ** indica estatisticamente significativa a 5% e * indica estatisticamente significativa a 10%. Regressão baseada em 24 observações.

Com base nos valores da tabela 4, vamos proceder à interpretação das estimativas obtidas.

[15] O *output* dos resultados do modelo pode ser encontrado: Anexo II.A para o caso do modelo (1); Anexo III.A para o modelo (2); e Anexo IV.A para o modelo (3).

Modelo (1)

A equação de regressão estimada é:

$$\widehat{Log(ProdVinha)}_t = 0.573 + 0.002\ Fundos_t - 1.775\ PopEmpAgr_t - 0.854 Log(ExpUnit)_t - 0.870 Log(GrauExp)_t - 0.084\ D93$$

Das suas estimativas retira-se a seguinte informação assumindo a hipótese "*ceteris paribus*" para todas as interpretações: O termo independente não tem significado económico porque não é plausível a população empregue na agricultura ser nula; A estimativa do coeficiente da variável Fundos representa a variação relativa de ProdVinha por variação absoluta unitária de Fundos, isto é, por cada aumento em um milhão de euros nos fundos, a produtividade da vinha aumenta em ($e^{0.002}$-1) × 100% = 0.200%; A estimativa do coeficiente da variável PopEmpAgr representa uma taxa de crescimento, isto é, a variação relativa de ProdVinha por variação relativa unitária da PopEmpAgr. Assim, se PopEmpAgr variar um ponto percentual a ProdVinha varia em sentido inverso |($e^{-1.775}$-1) × 100%| = |83.052%|; A estimativa do coeficiente da variável Log(ExpUnit) representando uma elasticidade, indica a variação relativa da produtividade da vinha (ProdVinha) por variação relativa unitária do preço do litro de vinho exportado (ExpUnit), ou seja, se o preço variar 1% a produtividade varia em sentido inverso 0.854%; A estimativa do coeficiente da variável Log(GrauExp) representa uma elasticidade que indica a variação relativa de ProdVinha por variação relativa unitária no grau de exportação, isto é, se o rácio da exportação sobre a produção de vinho aumentar em 1%, a produtividade decresce em 0.870%; Verifica-se assim que a produtividade da vinha é inelástica relativamente ao preço e ao grau de exportação (estes valores parecem contraintuitivos pelo que será justificado mais a frente).

O coeficiente da variável D93 indica que, mantendo tudo o resto constante, no ano de 1993, a produtividade de vinha decresce ($e^{-0.084}$-1) × 100% = 8.057% em relação à média do período amostral.

Analisando agora os restantes valores, conclui-se que o modelo é conjuntamente significativo, com uma estatística F de 106.395 e um *p-value*[16] de zero. A partir do

[16] Onde sob H_0 o modelo é não globalmente significativo.

coeficiente de correlação, pode dizer-se que as variáveis independentes explicam cerca de 96.7% da variação do logaritmo da produtividade da vinha.

No que diz respeito ao teste de especificação da forma funcional, foi corrido o teste Ramsey RESET[17]. O seu resultado, que pode ser observado com mais pormenor no anexo II.B, é de 0.203 pelo que se pode concluir que esta regressão respeita a forma funcional.

A estatística de Durbin-Watson, com o valor de 1.920, diz-nos que não se rejeita a hipótese da ausência de autocorrelação dos erros[18]. Tal é também constatado através do teste Q de Ljung–Box (anexo II.C) e do teste de Breusch-Godfrey (LM test) [19], no qual se obteve um *p-value* de 0.381 (anexo II.D), pelo que não existe evidências de presença de autocorrelacão dos erros.

Resta apenas realizar uma análise dos resíduos de modo a avaliar a normalidade e a exogeneidade estrita, e que pode ser observada no anexo II.E. A hipótese da normalidade dos erros não pode ser rejeitada uma vez que esta tem um *p-value*[20] de 0.592, assim como se verifica a média condicionada nula.

Tal como dito anteriormente, os resultados dos coeficientes respeitantes a Log(ExpUnit) e Log(GrauExp) necessitam de uma explicação adicional. Os resultados podem indicar que, com o aumento do valor exportado por litro ou do grau de exportação, os produtores não vêm razões nem necessidade de aumentar a produtividade das suas vinhas, uma vez que já têm aumento nos rendimentos decorrentes das exportações. Desta forma, os produtores não se sentem pressionados, ficando sem estímulo para realizar investimentos que levem, por exemplo, à modernização ou relocalização das vinhas e, consequentemente, a uma produtividade superior.

Modelo (2)

A equação da regressão estimada deste modelo é:

$$\widehat{Log(Export)}_t = 19.204 + 0.010\ Fundos_t - 0.361 D93$$

[17] Onde sob H_0 a regressão original foi corretamente especificada.
[18] Dado que, como se vê pelo anexo V, o valor de *d* está entre os pontos de significância de dU e 4-dU.
[19] Teste em que sob H_0 se tem ausência de autocorrelação dos erros.
[20] Teste de normalidade onde sob H_0 os resíduos seguem distribuição normal.

Das suas estimativas retira-se a seguinte informação, mantendo tudo o resto constante: O termo independente diz que as exportações assumem o valor de $e^{19.204}$ = 218 872 516 litros, se o resto for nulo; A estimativa do coeficiente da variável Fundos representa a variação relativa das exportações por variação dos fundos, isto é, por cada aumento em um milhão de euros nos fundos, os litros exportados aumentam em $(e^{0.010}-1) \times 100\%$ = 1.005%; O coeficiente da variável D00_01 indica que, nos anos de 2000 e 2001, as exportações em litros decrescem $(e^{-0.361}-1) \times 100\%$ = 30.302% em relação à média da amostra.

Obteve-se um modelo globalmente significativo de acordo com a estatística de teste F que apresenta um *p-value*[21] muito próximo de zero. Verifica-se ainda que, de acordo com o R^2, as variáveis independentes explicam cerca de 65.5% da variação do logaritmo dos litros de vinho exportados.

Quando ao teste de especificação da forma funcional através do teste Ramsey RESET[22], obteve-se um resultado de 0.071, como se pode observar no anexo III.B, o que evidencia que a regressão está corretamente especificada.

Para o estudo da autocorrelação foram realizadas as estatística de Durbin-Watson, com um valor de 1.869[23], o teste Q de Ljung–Box presente no anexo III.C e também o teste de Breusch-Godfrey (LM test) [24], onde se obteve um *p-value* de 0.226, como se pode observar no anexo III.D. A conclusão a retirar destes três testes é que não há evidências de existência de autocorrelação dos erros.

Na mesma linha de ideias do modelo anterior, para testar as hipóteses da normalidade e da exogeneidade estrita, foram analisados os resíduos no que diz respeito à sua distribuição e valor médio, encontrando-se o seu *output* no anexo III.E. Não se rejeitou a hipótese da normalidade dos erros, uma vez que o seu p-value[25] é de 0.554, e a nulidade da média condicionada dos mesmos foi verificada.

[21] Onde sob H_0 o modelo é não globalmente significativo.
[22] Onde sob H_0 a regressão original foi corretamente especificada.
[23] Como se vê pelo anexo V, o valor de *d* está entre os pontos de significância de dU e 4-dU.
[24] Teste em que sob H_0 se tem ausência de autocorrelação dos erros.
[25] Teste de normalidade onde sob H_0 os resíduos seguem distribuição normal.

Modelo 3

A equação da regressão estimada é dada por:

$$\widehat{Log(ProdVQPRD)}_t = 13.167 + 0.004Fundos_t + 1.715Log(ProdVinha)_t - 0.704Log(GrauExp)_t + 0.431D94$$

Das suas estimativas retira-se a seguinte informação, com tudo o restante constante: O termo independente não tem significado económico porque não é plausível a produtividade da vinha ser nula; A estimativa do coeficiente da variável Fundos representa a variação relativa de ProdVQPRD por variação absoluta unitária de Fundos, isto é, o aumento em um milhão de euros nos fundos leva a um aumento de $(e^{0.004}-1) \times 100\% = 0.401\%$ na produção de VQPRD; A estimativa do coeficiente da variável Log(ProdVinha) representa uma elasticidade e indica a variação relativa da ProdVQPRD por variação relativa unitária na produtividade da vinha, isto é, um aumento percentual na produtividade faz a produção de vinho de qualidade aumentar em 1.715%; A estimativa do coeficiente da variável Log(GrauExp) representando uma elasticidade, indica a variação relativa da ProdVQPRD por variação relativa no peso das exportações sobre a produção, ou seja, se o grau de exportação variar 1% a produção de VQPRD varia em sentido inverso 0.704%; O coeficiente da variável D94 indica que, no ano de 1994, a produção de VQPRD cresce $(e^{0.431}-1) \times 100\% = 53.879\%$ em relação à média do período analisado.

Este último modelo também é conjuntamente significativo pela estatística de F, com um *p-value*[26] de zero, e o seu R^2 diz-nos que explica cerca de 85.5% da variação do logaritmo da produção de VQPRD.

Em relação ao teste de Ramsey RESET[27], com vista a averiguar se este modelo está bem especificado, o seu resultado de 0.421 (anexo IV.B) diz-nos que existem evidências da aceitação dessa hipótese.

A ausência de autocorrelação dos erros deste modelo não é rejeitada pelos testes efetuados. De facto, a estatística de Durbin-Watson, com um valor de 2.026[28], o teste Q

[26] Onde sob H_0 o modelo é não globalmente significativo.
[27] Onde sob H_0 a regressão original foi corretamente especificada.
[28] Como se vê pelo anexo V, o valor de *d* está entre os pontos de significância de dU e 4-dU.

de Ljung–Box presente no anexo IV.C e também o teste de Breusch-Godfrey (LM test)[29], com um *p-value* de 0.696 (anexo IV.D), confirmam a não rejeição da hipótese da não existência de autocorrelação dos erros.

Para terminar, resta apenas verificar os pressupostos da normalidade e exogeneidade estrita para este modelo (3), sendo que, pela análise do anexo IV.E, se pode concluir que ambos os pressupostos são cumpridos.

Realizados todos estes testes, pode concluir-se que os modelos cumprem com todos os pressupostos estudados e parecem ser, portanto, modelos de regressão linear estatisticamente robustos.

[29] Teste em que sob H_0 se tem ausência de autocorrelação dos erros.

5. Conclusões

O presente trabalho visou o estudo das implicações e o resultado que tiveram os vários programas destinados à reconversão e reestruturação das vinhas no território português. Estes programas concedem determinados montantes financeiros, atribuídos em função da área que será alvo de reestruturação e do tipo de investimento feito, estando também dependentes do orçamento comunitário atribuído anualmente onde têm um peso significativo.

Estes apoios financeiros são subsídios a fundo perdido, através dos quais a Comunidade Europeia ajuda os investidores que pretendam fazer alterações nas suas áreas vínicas. Este tipo de programas veio ajudar produtores que poderiam não ter incentivo suficiente para mudar, continuando a produzir em vinhas antiquadas ou mal localizadas.

Estamos, então, na presença de uma medida que tem como objetivo uma revitalização das vinhas portuguesas, uma vez que a sua maioria já se apresenta bastante envelhecida. É claro que, com a plantação de novas vinhas, é preciso esperar alguns anos para que as vinhas consigam atingir uma boa produtividade. Porém, a partir do momento em que a alcançarem, essa produtividade torna-se muito superior à das vinhas velhas.

Esta espera pode torna-se uma barreira ao investimento e fazer com que os produtores sejam avessos à mudança. No entanto, estas ajudas suportam parte das potenciais perdas que os produtores têm enquanto estão a reestruturar os seus hectares, pelo que se torna um estímulo ao investimento. Prova disso é a procura deste apoios por parte dos produtores e/ou investidores (que pretendem modernizar as suas vinhas) ter vindo a crescer.

Analisando as variáveis individualmente pela sua evolução temporal denotamos efeitos positivos nas variáveis mais importantes. Um dos pontos positivos do período analisado foi o aumento das exportações que subiram quer em volume, quer em valor (e logo, em unidade), o que é um bom indicador. O mesmo se pode dizer do grau de exportação que, aliado à diminuição da produção, mais do que triplicou no período em estudo. Em relação à produção, observa-se também efeitos que eram pretendidos, uma vez que a produção total de vinho em Portugal tem vindo a descer, o que poderá significar que se caminha

para uma diminuição de excedentes, e visto que também a produção de vinho de qualidade tem tido, apesar de oscilante, um percurso crescente. Com os apoios financeiros a aumentar de uma forma significativa, a área reestruturada segue-lhes as pisadas. Tendo esta um peso relativamente pequeno em relação à área vitícola total, o seu papel tem sido fundamental ao nível da melhoria qualitativa da vinha portuguesa.

Poder-se-á então afirmar que pela análise temporal os fundos têm tido o efeito desejado e recomendado quer pela OCM quer pelo Monitor Company nas variáveis em estudo para este sector.

Nos modelos econométricos, os resultados obtidos evidenciam a influência positiva e expectável dos fundos financeiros sobre a produtividade da vinha, litros de vinho exportados e sobre a produção do VQPRD, e da variável explicativa relativa à produtividade da vinha sobre a produção de VQPRD. De facto, é esperado que mais verbas comunitárias destinadas à reestruturação da vinha conduza a uma melhoria da produtividade, a uma subida das exportações e que orientem a produção para um vinho de maior qualidade, assim como com mais produtividade se produza mais vinho de qualidade. Também como esperado, o valor da população empregue agrícola varia negativamente com produtividade dado que, num contexto de maior modernização, se espera ser necessário menos mão-de-obra para alcançar certos níveis de produtividade. Quanto às exportações, as exportações unitárias influenciam negativamente a produtividade assim como o grau de exportação exerce um efeito negativo sobre a produtividade e produção de VQPRD. Esta última constatação pode dever-se à existência de pouca vontade própria para aumentar estas variáveis dependentes. De facto, há evidências de que o aumento nas exportações unitárias e no grau de exportação levem a um aumento dos rendimentos dos produtores, deixando-os numa situação confortável e sem necessidade de orientar a sua produção para a qualidade e de proceder a melhoramentos nas suas vinhas com vista ao aumento da produtividade.

Portugal deve, como já foi alertado pelo Monitor Company em 1994, continuar a apostar num vinho de qualidade e deixar de lado os vinhos baratos. O país tem potencial e qualidade a nível do solo e clima, para produzir dos melhores vinhos do mundo. Com isso, os produtores conseguiriam melhorar não só os seus rendimentos, mas também a imagem dos vinhos portugueses pelo mundo fora, e contribuir significativamente para o

crescimento do país como um todo. Mas, para tal, o relatório do Monitor Company diz que os produtores deverão aliar-se em vez de terem uma atividade individualizada, de modo a obterem vantagens quer ao nível dos custos (de transporte, investigação, maquinaria), quer a nível de publicidade, divulgação e relações públicas.

Estando analisado o impacto nas variáveis selecionadas, falta perceber a parte da eficácia e eficiência dos programas. Em relação à eficácia, poder-se-á concluir que esta foi alcançada quando vistas as variáveis individualmente. De facto, o aumento da produção de vinho de qualidade e das exportações era algo altamente desejado e um dos imperativos para este sector. Já a análise da eficiência é mais subjetiva. Se por um lado atingiram os resultados desejados, por outro os recursos financeiros foram cada vez maiores, com mais ajudas por hectare, mas com uma produtividade a decrescer ao longo do período, dando a sensação que poderiam ter sido melhor empregues.

Alguns problemas podem ter interferido nas conclusões e na análise feita. Entre esses, está o facto de os apoios poderem não estar totalmente representados em função dos produtores de vinho que, principalmente nos programas iniciais, se candidatavam a fundos destinados à agricultura em geral em vez dos destinados especificamente ao sector do vinho. Existem também conflito entre a medida de arranque e a de reestruturação e ainda indícios de uma sobrestimação dos dados relativos à área de vinha existente que vem sendo corrigido.

Este estudo peca, também, por avaliar um período de tempo relativamente curto. De facto, um programa deste género é pensado para durar somente alguns anos. Esta medida apenas tem durado mais porque os objetivos nos anos iniciais ficaram aquém do expectável, e a Europa tem decidido renovar consequentemente o programa.

Quanto aos obstáculos encontrados, prendem-se com a dificuldade no acesso aos dados e a falta de estudos idênticos. A dificuldade em obter os dados necessários deve-se a, por um lado, os dados mais antigos existirem apenas em formato de papel e, muitas das vezes, armazenados de forma pouco acessível em bibliotecas ou armazéns das entidades responsáveis e, por outro lado, a longa duração do processo de atualização e disponibilização dos dados. A Comissão Europeia (2004) assume mesmo que a lentidão

e inconsistência por parte de alguns EM no fornecimento de dados causa um grande problema em estudos deste tipo.

Quanto à falta de estudos dentro deste âmbito, deveriam ser feitos mais extensivamente com vista a uma melhor avaliação sobre a eficácia e até sobre a continuidade desta medida.

Atendendo a tudo isto, é clara a necessidade de mais investigação nesta área. Para casos de investigação futura, é recomendável que, se os programas continuarem ao longo do tempo, se proceda à sua análise por um período temporal superior ao aqui estudado, se aprofunde o assunto com a inclusão de outro tipo de variáveis ou, até mesmo, se abarque outros países europeus (onde a medida assume um grande peso) com o intuito de uma comparação.

6. Bibliografia

Almeida, A. F. (1991), "Reestruturação da vinha Portuguesa", em *Vida Rural*, Nº 24, pp. 11, Lisboa.

Almeida, J. (2007), "Uma Nova Reforma da OCM Vitivinícola", em *Relatório sobre a proposta apresentada pela comissão das comunidades europeias relativa ao regulamento do conselho que estabelece a organização comum de mercado vitivinícola (OCM),* Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional, Assembleia da República.

Alves, J. (1989), *Portugal e a política agrícola comum*, Coimbra: Coimbra Editora.

Andraz, J. M. e N. M. Norte (2010), "Are the Portuguese Regions Converging to a Single Steady State?", *International Economic Journal*, Vol. 24, Nº 3, pp. 317-327.

Audretsch, D. B., H. M. Grimm e S. Schuetze (2009), "Local Strategies within a European Policy Framework", *European Planning Studies,* Vol. 17, Nº 3, pp. 463-486.

Bateira, J. e L. V. Ferreira (2002), "Questioning EU Cohesion Policy in Portugal: A Complex Systems Approach", *European Urban and Regional Studies,* Vol. 9, Nº 4, pp. 297-314.

Bettini, O. (2013), *Wine Anual Report and Statistics*, GAIN Report Number IT1307, Roma.

Boeri, T., G. Bertola, H. Brücker, F. Coricelli, J. Dolado, J. Fitzgerald, A. de la Fuente, P. Garibaldi, G. Hanson, J. Jimeno, R. Portes, G. Saint-Paul e A. Spilimbergo (2002), *Who's Afraid of the Big Enlargement? – Economic and Social Implications of the European Union's Prospective Eastern Expansion*, CEPR Policy Paper 7.

Cancelo, J. R., J. A. Faíña e J. López-Rodríguez (2009), "Measuring the Permanent Impact of European Structural Funds on Peripheral Objective 1 Regions: The Case of Galicia", *European Planning Studies,* Vol. 17, Nº 10, pp. 1535-1558.

Comissão Europeia (2004a), *Ex-post evaluation of the Common Market Organisation for wine*. Final Report, DG Agricultura, Roma: Innova SpA.

Comissão Europeia (2004b), *Evaluation Of The Common Market Organisation For Wine*, Direcção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Bruxelas.

Comissão Europeia (2008), *A Política de Coesão da UE de 1988 a 2008: Investir no futuro da Europa*, INFOREGIO Panorama, Nº26, Direcção-Geral da Política Regional, Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

Cordovil, F., B. Dimas, R. Alves e D. Batista (2004), *A Política Agrícola e Rural Comum e a União Europeia – Factos e políticas, futuro e opções*, Cascais: Principia.

Dâmaso, M. (2004), *O Impacto dos Fundos Estruturais nas Decisões de Investimento*, Mestrado em Ciências Empresariais – Especialização em Estratégia Empresarial. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra.

Fernandes, A. (2010), "Parte III – Despesa Pública", em *A economia das Finanças Públicas*, Coimbra: Almedina.

Fisher, R.C. (1996), "Intergovernmental Grants", em *State and Local Public Finance*, Second Edition, pp. 202-234,USA.

Frazão, A. (2000), "Regime de apoio à reconversão e reestruturação da vinha", em *Revista do Agricultor*, Nº 140/141, pp. 48-53, Lisboa.

Gujarati, D. N. (2003), *Basic Econometrics*, Fourth Edition, McGraw−Hill.

IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P. (2011), Relatório de Actividade e Contas, 2011. Disponível em: http://www.ifap.min-agricultura.pt/portal/page/portal/ifap_publico_recursos/O%20IFAP/RBC_2011_VF.pdf, acedido em 14 Dezembro 2013.

INGA - Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola (2007), *Relatório de síntese*, 1º Semestre de 2007. Disponível em: http://www.ifap.min-agricultura.pt/portal/page/portal/ifap_publico_recursos/O%20IFAP/GCR_publica/RBC_INGA2007.pdf, acedido em 26 Dezembro 2013.

Llinàs, J. B., M.A. C. Piqué e M.J. Gómez (1999), *Analysis of the Concentration of the Structural Funds in the Autonomous Communities in Spain.* ERSA 39th European Congress 1999. Dublin, Ireland, 23-27 August 1999.

Mateus, A. (2013), *25 anos de Portugal europeu: a economia, a sociedade e os fundos estruturais*, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Mendes, A. (1984), *Estratégia para a Reconversão da Região Demarcada dos Vinhos Verdes*, Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes, Porto.

Mendes, D. M. (2013), *Portugal Wine Standing Report*, GAIN Report Number PT1301, Madrid.

Monitor Company (1994), *Construir as Vantagens Competitivas de Portugal*, Edição do Forum para a Competitividade (sob a direcção de Michael Porter), 2ª Edição, Lisboa: Cedintec.

Monitor Group (2003), *Activar a estratégia do cluster do vinho*, ViniPortugal, Lisboa.

Morgado, J. (2007), "Reforma da OCM Vitivinícola de 1999", em *Relatório sobre a proposta apresentada pela comissão das comunidades europeias relativa ao regulamento do conselho que estabelece a organização comum de mercado vitivinícola (OCM),* Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional, Assembleia da República.

Pereira, A. M. (1997), "Development Policies in the EU: An International Comparison", *Review of Development Economics*, Vol. 1 Nº 2, pp. 219–235.

Pereira, A. M. e V. Gaspar (1999), "An Intertemporal Analysis of Development Policies in the EU", *Journal of Policy Modeling, Vol.* 21, Nº 7, pp. 799–822.

Pereira, P. T., A. Afonso, M. Arcanjo e J. C. G. Santos (2009), *Economia e Finanças Públicas*, 3ª Edição, Lisboa: Escolar Editora.

Rodríguez-Pose, A. e U. Fratesi (2003), "Between development and social policies: the impact of European Structural Funds in Objective 1 regions", *European Economy Group Working Paper*, n.28/2003.

Simões, O. (2003a), "A vinha e o vinho em Portugal: Contributos para o desenvolvimento local e regional", em *Portugal Chão*, Org. Portela & Caldas, pp. 425-447, Oeiras: Celta Editora.

Simões, O. (2003b), "A regulação do mercado do vinho em Portugal: uma análise de longo prazo", em *V Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais*, 23 e 24 Outubro 2003, Bragança.

Simões, O. (2006), *A vinha e o vinho no Século XX: Crises e Regulação*, Oeiras: Celta Editora.

Simões, O. (2011), "A construção social da qualidade nos produtos agrícolas: o caso do vinho", em *IV Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais*, 7 e 8 Junho 2011, Santiago de Compostela.

Simões, M. C. N., J. A. S. Andrade e A. P. S. Duarte (2013), "A regional perspective on inequality and growth in Portugal using panel cointegration analysis", *International Economics and Economic Policy*, Vol. 10, Nº 3, pp. 427-451.

The Economist (2003), "Drowning in a sea of structural funds?", *The Economist*, Vol. 366, Nº 8317, 29 Março 2003, pp. 50. Disponível em: http://www.economist.com/node/1667200, acedido em 26 Dezembro 2013.

Tribunal de Contas (1998), "Relatório Especial Nº 15/98 sobre a avaliação das intervenções dos fundos estruturais nos períodos de 1989-1993 e 1994-1999, acompanhado das respostas da Comissão", *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, n.º C 347 de 16.11.98, pp. 1-47.

Tribunal de Contas Europeu (2012), *A reforma da organização comum do mercado vitivinícola: progressos até à data*, Relatório Especial n.º 7/2012, Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia.

Varela, J. A. S. (1987), *A política agrícola comum e a agricultura portuguesa: a política de preços e de mercados*, Lisboa: Publ. Dom Quixote.

Varela, J. A. S. (1996), *A política agrícola comum: os princípios, as reformas actuais, a futura Europa verde*, Lisboa: Publ. Dom Quixote.

ViniPortugal (2010), *Relatório de Gestão do Exercício 2010*.

Legislação

Versão compilada do Tratado que institui a Comunidade Europeia, *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, n.º C 325 de 24.12.2012, pp. 33-184. Disponível em: http://eur-lex.europa.eu/pt/treaties/dat/12002E/pdf/12002E_PT.pdf, acedido em 5 Janeiro 2014.

Portaria n.º 1144/2008 de 10 de Outubro. *Diário da República N.º 197 – 1ª série*, Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Lisboa.

Regulamento (CEE) n.º 337/79 do Conselho, de 5 de Fevereiro de 1979, relativo à organização comum de mercado vitivinícola, *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, n.º L 54 de 5. 3. 1979, pp. 1.

Regulamento (CEE) n.º 822/87 do Conselho, de 16 de Março de 1987, que estabelece a organização comum do mercado vitivinícola, *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, n.º L 84 de 27.3.1987, pp. 1.

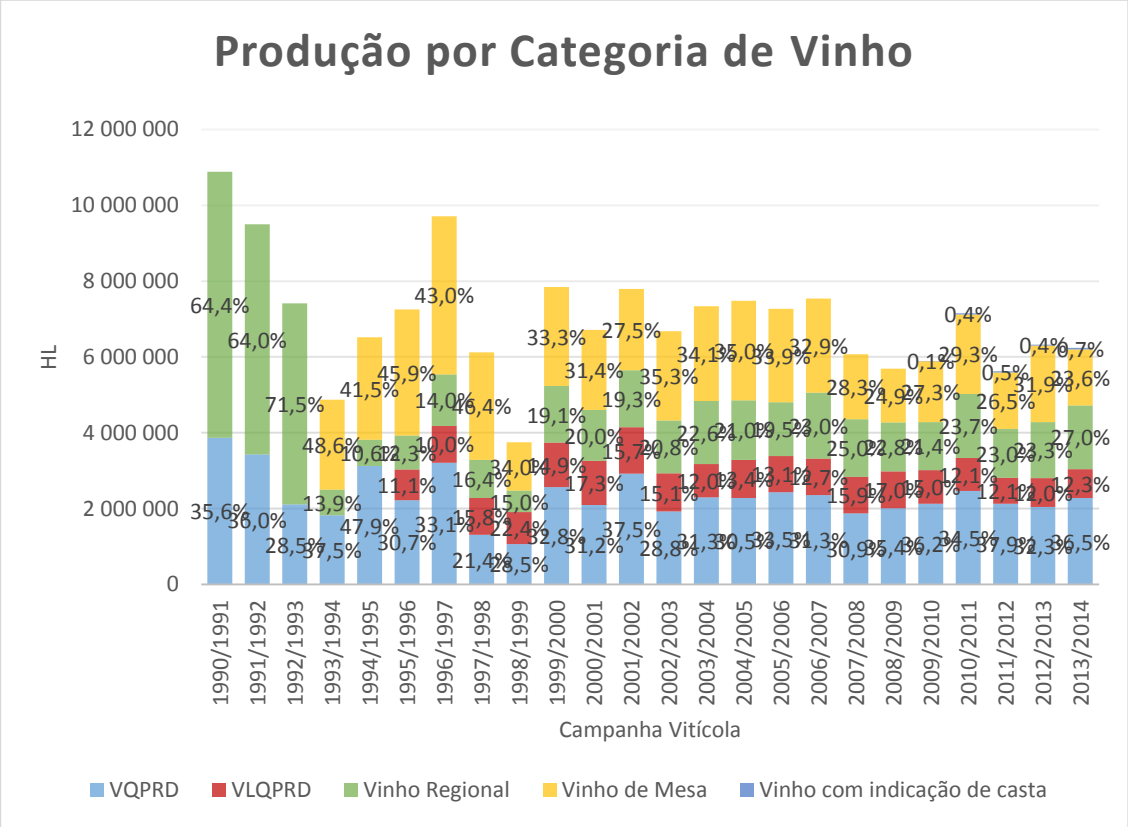
Regulamento (CE) n.° 1493/1999 do Conselho de 17 de Maio de 1999 que estabelece a organização comum do mercado vitivinícola, Jornal Oficial das Comunidades Europeias, n.º L 179 de 14.7.1999, pp. 1-84.

Regulamento (CE) n.º 1234/2007 do Conselho, de 22 de Outubro de 2007, que estabelece uma organização comum dos mercados agrícolas e disposições específicas para certos produtos agrícolas (Regulamento «OCM única»), *Jornal Oficial da União Europeia*, n.º L 299 de 16.11.2007, pp. 1-149.

Regulamento (CE) n.º 479/2008 do Conselho, de 29 de Abril de 2008, que estabelece a organização comum do mercado vitivinícola, que altera os Regulamentos (CE) nº 1493/1999, (CE) nº 1782/2003, (CE) nº 1290/2005 e (CE) nº 3/2008 e que revoga os Regulamentos (CEE) nº 2392/86 e (CE) nº 1493/1999, *Jornal Oficial da União Europeia*, n.º L 148 de 6.6.2008, pp. 1-61.

7. Anexos

Anexo I – Produção de vinho por categoria



Fonte: IVV

Torna-se pertinente referir duas pequenas notas que ajudam na leitura deste gráfico. Como dito anteriormente, com a reforma de 2008, houve alterações nas designações dos vinhos. Considera-se assim, para efeitos de análise, que a partir da campanha de 2009/2010 o denominado VQPRD é o vinho com DOP, o VLPRD é vinho licoroso com DOP, Vinho Regional é vinho com IGP e Vinho de Mesa é vinho sem certificação. Nesse ano, adicionaram-se também os vinhos com indicação de casta que têm, no entanto, um peso muito reduzido na produção nacional.

A outra nota é que, até 1993, a divisão a nível estatístico era apenas entre vinho de qualidade e vinho regional.

Anexo II – Regressão e resultados dos testes do modelo (1)

II.A – Output da regressão económétrica

Dependent Variable: LOGPRODVINHA
Method: Least Squares
Sample: 1990 2013
Included observations: 24

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	0.572568	0.064160	8.924127	0.0000
FUNDOS	0.002453	0.000496	4.946075	0.0001
POPEMPAGR	-1.774726	0.520404	-3.410287	0.0031
LOGEXPUNIT	-0.853799	0.076240	-11.19888	0.0000
LOGGRAUEXP	-0.869942	0.045723	-19.02640	0.0000
D93	-0.083760	0.023601	-3.549061	0.0023

R-squared	0.967271	Mean dependent var	0.581151
Adjusted R-squared	0.958180	S.D. dependent var	0.097683
S.E. of regression	0.019976	Akaike info criterion	-4.776245
Sum squared resid	0.007183	Schwarz criterion	-4.481731
Log likelihood	63.31494	Hannan-Quinn criter.	-4.698110
F-statistic	106.3955	Durbin-Watson stat	1.920389
Prob(F-statistic)	0.000000		

II.B – Teste de Ramsey RESET

Ramsey RESET Test
Specification: LOGPRODVINHA C FUNDOS POPEMPAGR LOGEXPUNIT LOGGRAUEXP D93
Omitted Variables: Squares of fitted values

	Value	df	Probability
t-statistic	1.322951	17	0.2034
F-statistic	1.750198	(1, 17)	0.2034
Likelihood ratio	2.351783	1	0.1251

II.C – Teste de autocorrelação Ljung-Box Q-Statistics

Sample: 1990 2013
Included observations: 24

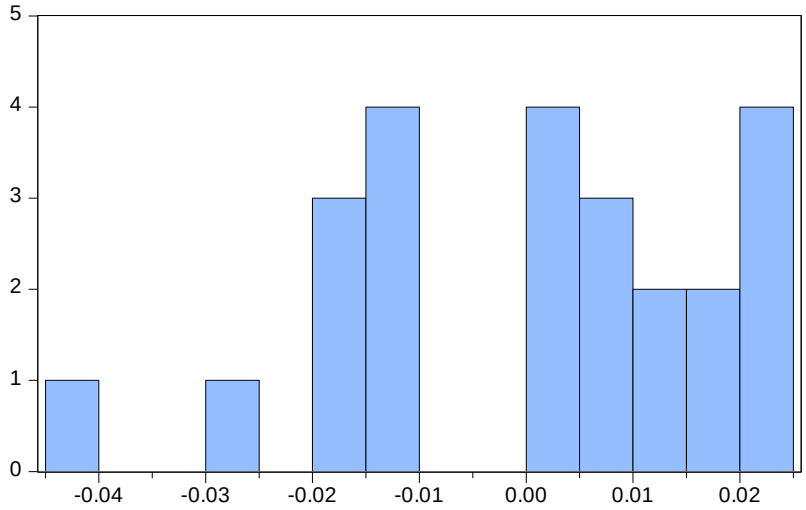
Autocorrelation	Partial Correlation		AC	PAC	Q-Stat	Prob
		1	-0.00...	-0.00...	0.0010	0.975
		2	-0.27...	-0.27...	2.1226	0.346
		3	-0.08...	-0.09...	2.3114	0.510
		4	0.089	0.012	2.5584	0.634
		5	-0.13...	-0.18...	3.1092	0.683
		6	-0.03...	-0.02...	3.1522	0.790
		7	0.071	-0.00...	3.3379	0.852
		8	-0.07...	-0.14...	3.5773	0.893

II.D – Teste de autocorrelação de Breusch-Godfrey (LM test)

Breusch-Godfrey Serial Correlation LM Test:

F-statistic	1.026674	Prob. F(2,16)	0.3806
Obs*R-squared	2.729707	Prob. Chi-Square(2)	0.2554

II.E – Resultado do teste de Normalidade



Series: Residuals
Sample 1990 2013
Observations 24

Mean	4.92e-18
Median	0.001383
Maximum	0.024891
Minimum	-0.041358
Std. Dev.	0.017672
Skewness	-0.442575
Kurtosis	2.487273
Jarque-Bera	1.046381
Probability	0.592627

Anexo III – Regressão e resultados dos testes do modelo (2)

III.A – Output da regressão econométrica

Dependent Variable: LOG(EXPORT_LITRO)
Method: Least Squares
Sample: 1990 2013
Included observations: 24

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	19.20402	0.207753	92.43692	0.0000
FUNDOS	0.009925	0.001912	5.192031	0.0000
LOGPRODVINHA	-0.275429	0.327173	-0.841847	0.4098
D00_01	-0.360610	0.112269	-3.212018	0.0044

R-squared	0.655345	Mean dependent var	19.29734
Adjusted R-squared	0.603647	S.D. dependent var	0.238722
S.E. of regression	0.150291	Akaike info criterion	-0.801475
Sum squared resid	0.451748	Schwarz criterion	-0.605133
Log likelihood	13.61770	Hannan-Quinn criter.	-0.749385
F-statistic	12.67636	Durbin-Watson stat	1.869269
Prob(F-statistic)	0.000073		

III.B – Teste de Ramsey RESET

Ramsey RESET Test
Specification: LOG(EXPORT_LITRO) C FUNDOS LOGPRODVINHA D00_01
Omitted Variables: Squares of fitted values

	Value	df	Probability
t-statistic	1.912029	19	0.0711
F-statistic	3.655855	(1, 19)	0.0711
Likelihood ratio	4.223505	1	0.0399

III.C – Teste de autocorrelação Ljung-Box Q-Statistics

Sample: 1990 2013
Included observations: 24

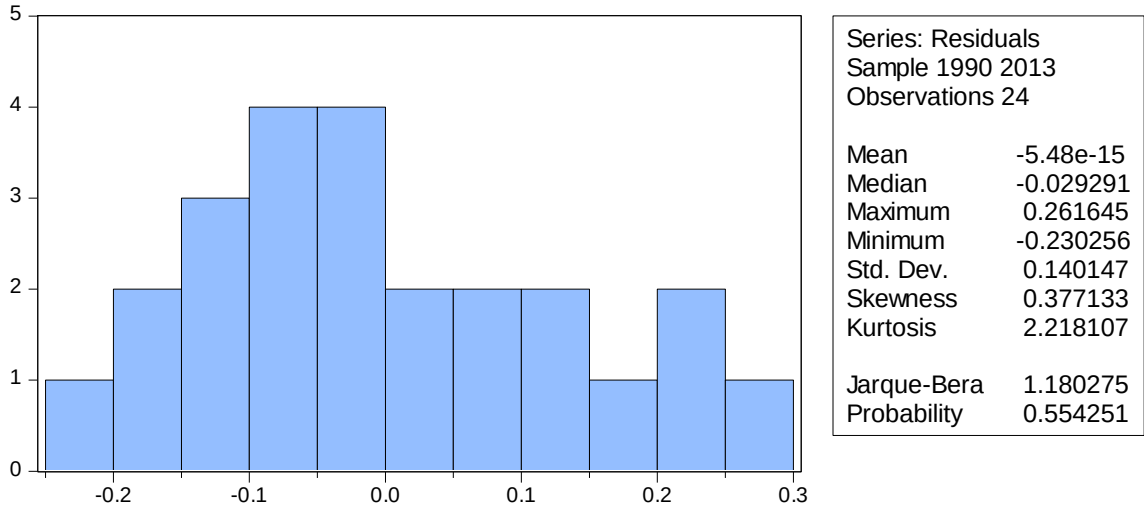
Autocorrelation	Partial Correlation		AC	PAC	Q-Stat	Prob
		1	0.024	0.024	0.0154	0.901
		2	-0.37...	-0.37...	3.9439	0.139
		3	0.120	0.164	4.3724	0.224
		4	0.137	-0.02...	4.9562	0.292
		5	-0.16...	-0.07...	5.8023	0.326
		6	-0.15...	-0.12...	6.6043	0.359
		7	0.069	-0.01...	6.7765	0.453
		8	0.099	0.038	7.1607	0.519

III.D – Teste de autocorrelação de Breusch-Godfrey (LM test)

Breusch-Godfrey Serial Correlation LM Test:

F-statistic	1.619026	Prob. F(2,18)	0.2256
Obs*R-squared	3.659151	Prob. Chi-Square(2)	0.1605

III.E – Resultado do teste de Normalidade



Anexo IV – Regressão e resultados dos testes do modelo (3)

IV.A – Output da regressão econométrica

Dependent Variable: LOG(PRODUCAO_VQPRD)
Method: Least Squares
Sample: 1990 2013
Included observations: 24

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	13.16730	0.166413	79.12406	0.0000
FUNDOS	0.004388	0.002105	2.084461	0.0509
LOGPRODVINHA	1.715519	0.451791	3.797156	0.0012
LOGGRAUEXP	-0.704451	0.325621	-2.163408	0.0435
D94	0.431188	0.123712	3.485425	0.0025

R-squared	0.855511	Mean dependent var	14.62699
Adjusted R-squared	0.825093	S.D. dependent var	0.279154
S.E. of regression	0.116748	Akaike info criterion	-1.274551
Sum squared resid	0.258970	Schwarz criterion	-1.029123
Log likelihood	20.29462	Hannan-Quinn criter.	-1.209439
F-statistic	28.12453	Durbin-Watson stat	2.026289
Prob(F-statistic)	0.000000		

IV.B – Teste de Ramsey RESET

Ramsey RESET Test
Specification: LOG(PRODUCAO_VQPRD) C FUNDOS LOGPRODVINHA LOGGRAUEXP D94
Omitted Variables: Squares of fitted values

	Value	df	Probability
t-statistic	0.822910	18	0.4213
F-statistic	0.677182	(1, 18)	0.4213
Likelihood ratio	0.886339	1	0.3465

IV.C – Teste de autocorrelação Ljung-Box Q-Statistics

Sample: 1990 2013
Included observations: 24

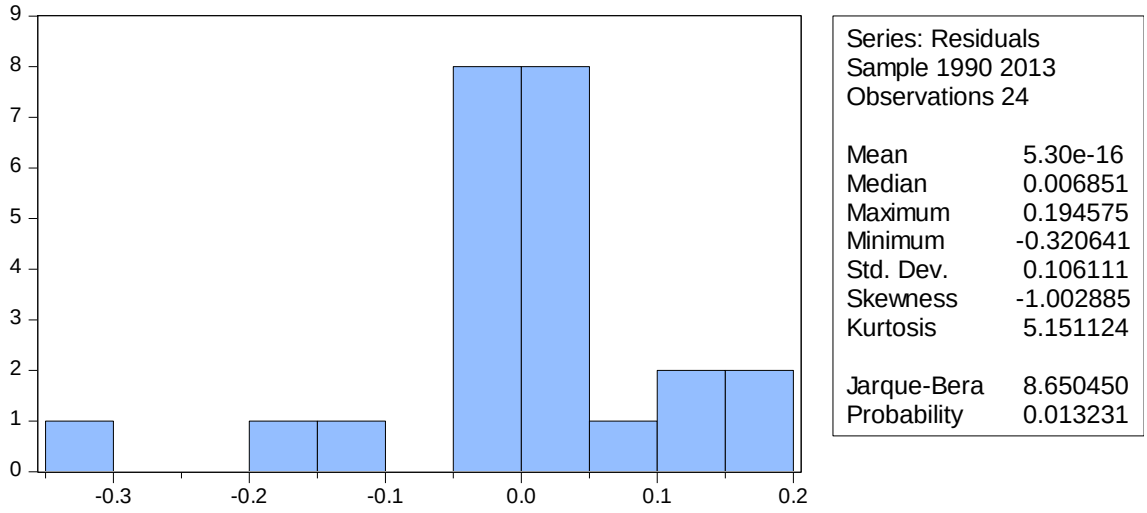
Autocorrelation	Partial Correlation		AC	PAC	Q-Stat	Prob
		1	-0.01...	-0.01...	0.0101	0.920
		2	0.192	0.191	1.0521	0.591
		3	0.238	0.254	2.7367	0.434
		4	-0.21...	-0.26...	4.2321	0.375
		5	0.208	0.118	5.6471	0.342
		6	-0.21...	-0.20...	7.2342	0.300
		7	-0.17...	-0.14...	8.3467	0.303
		8	-0.04...	-0.11...	8.4281	0.393

IV.D – Teste de autocorrelação de Breusch-Godfrey (LM test)

Breusch-Godfrey Serial Correlation LM Test:

F-statistic	0.370154	Prob. F(2,17)	0.6961
Obs*R-squared	1.001526	Prob. Chi-Square(2)	0.6061

IV.E – Resultado do teste de Normalidade



Anexo V – Teste de Durbin-Watson

V.A – Pontos de significância de d_L e d_U no nível de significância de 5%

	K'=3		**K'=4**		**K'=5**	
N	d_L	d_U	d_L	d_U	d_L	d_U
24	1.101	1.656	1.013	1.775	0.925	1.902

n = número de observações; k' = número de variáveis explicativas

V.B – Regra de decisão

Hipótese	**Decisão**	**Se**
Ausência de autocorrelação positiva	Rejeitar	$0 < d < d_L$
Ausência de autocorrelação positiva	Sem decisão	$d_L \leq d \leq d_U$
Ausência de correlação negativa	Rejeitar	$4-d_L < d < 4$
Ausência de correlação negativa	Sem decisão	$4 - d_U < d \leq 4 - d_L$
Ausência de autocorrelação, positiva e negativa	Não Rejeitar	$d_U < d < 4- d_U$

Fonte: Gujarati, D. N. (2003), *Basic Econometric*s, Fourth Edition, McGraw−Hill